

ATA DA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 21-6-2021.

---

Aos vinte e um dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino e Reginete Bispo. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Claudio Janta, Fernanda Barth, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Lourdes Sprenger, Matheus Gomes, Moisés Barboza, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 214/21 (Processo nº 0562/21), de autoria de Airto Ferronato; o Projeto de Lei do Legislativo nº 226/21 (Processo nº 0587/21), de autoria de Jonas Reis; o Projeto de Resolução nº 030/21 (Processo nº 0589/21), de autoria de Lourdes Sprenger. Também, foi apregoado o Ofício nº 945/21, do Prefeito, encaminhando o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 013/21 (Processo nº 0612/21). Durante a sessão, foram aprovadas as Atas da Trigésima Segunda, Trigésima Terceira, Trigésima Quarta, Trigésima Quinta, Trigésima Sexta, Trigésima Sétima, Trigésima Oitava, Trigésima Nona, Quadragésima, Quadragésima Primeira e Quadragésima Segunda Sessões Ordinárias. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Pedro Ruas. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciaram-se Lourdes Sprenger e Leonel Radde. A seguir, foi aprovado requerimento verbal formulado por Ramiro Rosário, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, Mônica Leal, Felipe Camozzato, Lourdes Sprenger, Bruna Rodrigues, Jessé Sangalli, Comandante Nádia, Ramiro Rosário, Claudio Janta, Idenir Cecchim, José Freitas e Pedro Ruas. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve, em 1ª sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 009/21, discutido por Jonas Reis, Claudio Janta, Lourdes Sprenger, Mônica Leal e Reginete Bispo. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Alexandre Bobadra. Em continuidade, por solicitação de Leonel Radde e Pedro Ruas, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Alexandre Böer e a Jorge Barbosa. Após, foi aprovado requerimento verbal formulado por Márcio Bins Ely, solicitando autorização para ingresso, no Plenário Otávio Rocha, de comissão formada por servidores municipais. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Giovane Byl. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 2ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 001 e 044/21. Também, Jonas Reis, Claudio Janta e Reginete Bispo pronunciaram-se durante o período de Pauta. Às dezoito horas e três minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em

prosseguimento, foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Karen Santos, Matheus Gomes e Roberto Robaina, ao Projeto de Lei do Executivo nº 008/21 (Processo nº 0532/21), foi aprovado requerimento de autoria de Roberto Robaina solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes, e foi apregoado requerimento de autoria de Karen Santos e Roberto Robaina, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para essa emenda. Também, foi apregoada a Emenda nº 02, assinada por Aldacir Oliboni, ao Projeto de Lei do Executivo nº 008/21 (Processo nº 0532/21), e foi aprovado requerimento de autoria de Aldacir Oliboni solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Ainda, foram aprovados requerimentos verbais formulados por Cláudia Araújo e Comandante Nádia, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 008/21 (Processo nº 0532/21). Foram votadas conjuntamente e rejeitadas as Emendas nºs 01, esta destacadamente, e 02 apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 008/21, por treze votos SIM e vinte votos NÃO, após serem encaminhadas à votação por Karen Santos, Aldacir Oliboni, Jonas Reis e Matheus Gomes, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Cláudia Araújo, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina e Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 008/21. Em Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 084/18 (Processo nº 0946/18), por vinte e sete votos SIM e cinco votos NÃO, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Daiana Santos, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Reginete Bispo e Roberto Robaina e Não Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Mari Pimentel e Ramiro Rosário. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 164/21 (Processo nº 0486/21). Durante a sessão, foram registradas as presenças de João Carlos Nedel e Cassio Trogildo. Às dezoito horas e quarenta e quatro minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Comandante Nádia, Márcio Bins Ely e Idenir Cecchim. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

---

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Boa tarde a todos. Agradeço aos vereadores presentes, aos que nos acompanham remotamente, público que nos acompanha pela TVCâmara.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e sete Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Há quórum.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação as Atas disponíveis nas Pastas Públicas do correio eletrônico: Atas da 32ª a 42ª Sessões Ordinárias. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADAS.**

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Boa tarde, Presidente Márcio Bins Ely, vereadores e vereadoras. Nós não temos como deixar passar este momento trágico da história brasileira que por dezenas de anos será lembrado, infelizmente, talvez centenas, quando nós atingimos a marca nacional de meio milhão de mortos no sábado em função da Covid-19. Isso é algo brutal, é impensável. Se nós observarmos, por exemplo, o número de óbitos em função da gripe chamada Espanhola em 1918, ou seja, há 103 anos, nós tivemos no Brasil 50 mil mortos. E alguém argumenta assim, como me argumentaram ontem, domingo, Ver. Oliboni, que havia subnotificação – mas agora há total subnotificação. Se nós considerarmos o número real, pode chegar a quatro, cinco vezes maior, segundo o epidemiologista Pedro Hallal, da Universidade Federal de Pelotas, que é hoje uma das maiores autoridades nacionais no assunto. Então é uma tragédia brutal, sem precedentes – sem precedentes! – na história do País, em mais de 500 anos da história do Brasil.

E temos também que registrar um dado alarmante: o Rio Grande do Sul chegou agora, na sexta-feira, a 5% – se manteve em 4% desde o ano passado, mas na sexta-feira chegou a 5% – de óbitos, cinco óbitos para cada 100 infectados. Isso é quase o dobro da média nacional: a média do Brasil, que já é alta, considerando os termos mundiais, é de 2,8%, e no Rio Grande do Sul é 5%. Por quê? Bem, o que nós sabemos é que Lajeado e Porto Alegre estão puxando essa estatística; Porto Alegre, por sinal, no final de semana chegou a 5 mil óbitos em função da Covid-19. É muita coisa, é muito pesado. Então esse registro é de tristeza, esse lamento, mas também sabendo que há responsabilidades graves, sérias que serão cobradas, claro que serão cobradas. O negacionismo, negar a doença primeiro, depois negar a ciência; negar as vacinas, desvalorizá-las; negar o uso de máscaras, desvalorizá-lo; abrir o comércio e tudo mais que possa propiciar a circulação e aglomeração de pessoas, tudo isso fez do Brasil, do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre ponteiros mundiais da tragédia. Quem puxa a tragédia no mundo é o Brasil, já em segundo lugar em número total de óbitos, já em

segundo lugar, considerando que não tem a segunda população mundial. E no Brasil, repito, o Rio Grande do Sul está à frente na pior marca que poderia ter, chegando a 5% de óbitos, e Lajeado e Porto Alegre puxam o Rio Grande do Sul. Isso para nós – e aqui finalizo, Presidente –, é motivo de muita tristeza e também de revolta, há necessidade de fazer justiça. Os negacionistas, os responsáveis por aglomerações, os governos incompetentes, os governos que não deram importância devida à sua população, eles serão sim penalizados na hora certa, com processos adequados nos fóruns nacionais e internacionais. Lamentavelmente vivemos a pior etapa da história do Brasil em nível de mortes que poderiam ter sido evitadas. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Passamos ao

### **GRANDE EXPEDIENTE**

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger está com a palavra em Grande Expediente.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, neste período de Grande Expediente um dos temas escolhidos trata da arquitetura e arte da cidade de Porto Alegre legislação vigente.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Eu quero tratar da Lei nº 10.036, de 8 de agosto de 2006, sancionada pelo ex-prefeito Fogaça. Essa lei dispõe sobre a colocação de obras de artes plásticas nas edificações; no seu art. 1º, toda edificação e área adensável igual ou superior a dois mil metros quadrados a ser construída no Município de Porto Alegre deverá conter, em local de visibilidade à população, obra de arte original executada em escultura, vitral, pintura, mural, relevo, escultórico ou outra forma de manifestação de artes plásticas sem caráter publicitário. No seu § 1º estão dispensados dessas exigências hangares, galpões de depósito, silos de armazenagem e edifícios-garagem. Se a construção for formada por um conjunto de prédios com a mesma finalidade, considera-se uma única edificação. E a obra de arte que trata essa lei será executada por artista plástico cadastrado nos termos da lei e com a chancela do autor do projeto arquitetônico, e a obra tem que ser compatível com a edificação e também de material, que não pode ser executado, facilmente perecível. O Poder Executivo Municipal manterá o cadastro de artistas plásticos interessados e aberto ao público para consulta.

Com essa campanha motivacional do prefeito Melo de cuidados com a cidade, é muito bom um gestor público que comanda a cidade dar esse *up* para a população conscientizando educação. Com isso, eu acredito que ter uma obra de arte é

embelezar o espaço e valorizar o profissional e a própria arte. Na capital nós temos 170 obras em empreendimentos, e quero ressaltar que essas obras podem ser por artistas locais, o empreendedor pode convidar artistas de outros estados e até de fora do País para apresentar o seu trabalho.

Eu, lendo, selecionei alguns aspectos positivos sobre essa lei. As obras ficam visíveis a toda a população e motiva a cultura e a valorização da arte, geração de emprego e renda, fortalecendo a cadeia produtiva e integrando na economia de cultura artistas, arquitetos, fundidores, serralheiros, pedreiros, artesãos e outras categorias e atividades profissionais. A lei é simples sem dificultar o empreendedor, livre para selecionar a obra e o artista cadastrado na Prefeitura, e a aprovação é imediata. Tendência mundial? Sim. Essa lei, na época, foi inspirada em cidades como Nova Iorque, Berlim, Paris, Recife, Belo Horizonte, Florianópolis e, agora, Porto Alegre.

Eu destaquei duas obras, são muitas que estão passando na tela. A Revolta de Atlas, uma escultura muito comentada por ser a primeira escultura liberal que foi inspirada na lenda de Atlas, um titã que foi condenado por Zeus a sustentar os céus eternamente. Na mitologia, titãs eram seres híbridos, nenhum era humano por completo e todos tinham poder em se transformar em animais. Segundo os empreendedores da época, interpretaram e justificaram essa obra dizendo que representa o indivíduo e sua capacidade máxima de enfrentar e vencer desafios pelo trabalho e superação. E também para nos situarmos, o livro preferido dos liberais, a Revolta de Atlas, teve 11 milhões de exemplares vendidos no mundo, foi publicado em 1957 por Ayn Rand, de origem russa, e que critica o papel opressor dos governos sobre os cidadãos e celebra a liberdade individual, compilar fundamental da felicidade. Com a revolução comunista, quando teve a farmácia do pai estatizada e não sendo simpático ao regime, se auto exilou nos Estados Unidos. Bem, parte dessa história está representada nesta obra.

A segunda obra que eu destaquei é o animal símbolo do nosso Rio Grande que abre estas telas. Nós lutamos tanto para evitar o sofrimento do animal na capital que serviu de modelo para outros municípios a retirada das carroças, e eu não poderia deixar de destacar esta escolha da escultura do cavalo num empreendimento na Av. Carlos Gomes. Aproveitando este espaço para divulgar um projeto que buscaremos combater os maus tratos aos animais de forma aliada à cultura e que já conversamos com áreas da Prefeitura, com o prefeito, e eu serei a vereadora do projeto, vi emendas impositiva com a gestão da Prefeitura que em breve desejo ter os trâmites finalizados e poder trazer aqui na tribuna.

Cada obra deste catálogo já tinha sido divulgada, mas, pela importância, estou também trazendo aqui neste período de Grande Expediente. Assim divulgando e admirando essas obras, contribuo para a valorização da cultura da área. Mas eu quero lembrar algumas ações que eu estive envolvida como os nossos monumentos, hermas, escultura de grandes autores, e cito, para registrar a importância das obras da cidade, as obras de Caringi, como o Laçador, Bento Gonçalves e tantas outras obras e tantos outros autores dessas peças maravilhosas que temos na cidade e que merecem todo um cuidado.

No meu primeiro mandato, foi demanda pela Liga Homeopática do Rio Grande do Sul sobre o furto da herma de *Hahnemann* que estava instalada na Av. João Pessoa, dentro do Parque Farroupilha. Eu acompanhei esses passos, realizamos um programa da TV sobre furtos de obras, danificações de ornamentos e também realizamos encaminhamentos e sugestões para atrair os cuidados da população, conscientização pela educação também. A herma de *Hahnemann* não retornou, mas uma parceria da Prefeitura a partir de então e medidas compensatórias propiciaram a restauração de algumas obras a partir de um rezina que se assemelha a cor de bronze para recuperação visual dessas obras em seus espaços de origem. Eu acredito que mais câmeras instaladas na cidade facilitarão uma investigação maior para se chegar aos indivíduos que furtam obras valiosas, obras históricas na nossa cidade.

Então esta é minha primeira apresentação e eu vou aproveitar o meu tempo de Grande Expediente para falar de algo que eu participo.

**Vereador Cassiá Carpes (PP):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger. Quero aproveitar para concordar totalmente com V. Exa. no sentido dessa possibilidade de revogar essa lei que nós entendemos que existem leis, sim, que devem ser revogadas, mas não todas. Esta é de um trabalho essencial, fundamental aos artistas. Já falei com o Ver. Felipe Camozzato sobre essa questão, ele vai reavaliar, vai retirar, porque nós não queremos simplesmente votar para derrubar o seu projeto ou sua vontade de revogar, mas temos que ter consenso. Nesse sentido, eu acho que nós estamos mais tranquilos, os artistas estão mais tranquilos, assim como entraram em contato, tenho certeza, com V. Exa. entraram com vários vereadores, inclusive este, fiz uma *live* com eles e concordei plenamente pela disposição que me colocaram, pela capacidade de valorizar os artistas plásticos. Então fico muito satisfeito, nós estamos na mesma linha. Parabéns e obrigado.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Muito obrigada, Ver. Cassiá Carpes.

**Vereador Leonel Radde (PT):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) No mesmo sentido, vereadora, também parabenizar pela sua fala e dizer que a gente fica muito feliz de ter essa possibilidade de a gente não deixar esse processo continuar andando nesta Casa, porque isso ataca frontalmente nossos artistas. Então faço coro às palavras do colega Ver. Cassiá Carpes e parabenizar a sua apresentação no período de Grande Expediente.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Obrigada, Ver. Leonel Radde.

**Vereador Idenir Cecchim (MDB):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Vereadora, ontem fiquei muito feliz. Recebi uma mensagem do Professor Garcia, ex-vereador desta Casa, falando claramente e estava agradecendo à

classe artística que tinha feito um abaixo-assinado com mais de 300 artistas dando apoio à sua lei de 1998. Que bom que a senhora tocou nesse assunto hoje. Eu disse ao Professor Garcia que poderia ficar tranquilo, pois a grande maioria dos vereadores vai fazer com que o nosso Ver. Felipe Camozzato repense essa lei, porque ela está consolidada e ela é muito importante para a classe artística do Rio Grande do Sul e, principalmente, de Porto Alegre. Parabéns, vereadora, por levantar esse assunto.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Obrigada, Ver. Idenir Cecchim.

**Vereador Aírto Ferronato (PSB):** V. Exa. Permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Amiga Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger, eu quero lhe parabenizar por trazer esse tema, o Ver. Moisés Barboza já tinha conversado sobre isso e já disse a ele, e quero lhe cumprimentar pela posição, nós estamos junto com a senhora e com todos vereadores que já se manifestaram. Acredito da importância dessa lei e que ela precisa ser preservada. Um abraço e muito obrigado.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Obrigada, Ver. Aírto Ferronato.

**Vereador Claudio Janta (SD):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Muito obrigado, Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger. Quero saudar a senhora por trazer esse tema, eu queria dizer também que eu recebi essa mensagem do Professor Garcia, e foi uma emoção vê-lo novamente falar e com uma lucidez sobre a lei que ele fez com o apoio de centenas de artistas do Rio Grande do Sul. Eu quero dizer que eu acredito que o Ver. Felipe seja uma pessoa compreensiva, teve algumas leis que estavam incluídas nas revogadas. Eu conversei com ele e ele sensivelmente, na época, com o Ver. Ricardo Gomes, o Ver. Mendes Ribeiro deixaram as leis como estavam. Eu acredito que essa é uma lei que, além de incentivar os artistas, os futuros artistas, não só na nossa cidade, ela embeleza a nossa cidade. Quando as pessoas vão para Europa, para o Oriente, ficam estarecidas com obras de arte milenares. Eu acredito que esta Casa, através dessa lei, possibilita, para as gerações futuras, ver como era a arte, como era o mundo na nossa época. Então eu acho, realmente, que o Ver. Felipe, como o Ver. Ricardo Gomes – acho que ele é o representante hoje desse grupo aí na Câmara –, devem desconsiderar apresentar a revogação dessa lei que embeleza a nossa cidade. É uma lei que deixa a nossa cidade, junto com seus prédios, muito mais linda, possibilitando às pessoas apreciarem e entenderem um pouco de arte. Muito obrigado por a senhora trazer este tema hoje no Grande Expediente para que todos nós possamos apartear e discutir.

**Vereadora Daiana Santos (PCdoB):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Boa tarde, colegas, boa tarde, Ver.<sup>a</sup> Lourdes, quero parabenizá-la pela fala, bem como dizer que na última quinta-feira nós fizemos uma reunião ampliada com uma série de artistas, representantes da cultura. E o quão

necessário é a gente estar debatendo nesta perspectiva de trazer a cultura, a arte viva, como forma, principalmente de um contexto histórico, também de ressaltar quem somos. É fundamental que nós, aqui nesta Casa, tenhamos essa responsabilidade de pautar com toda essa sensibilidade, vereadora, este que é um tema muito caro a nós - estamos falando da valorização dos artistas locais, mas também falamos da nossa história viva, através da arte, que é essencial para nossa vivência. Era isso que eu queria trazer aqui, agradeço pelo aparte.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Muito obrigado, Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger; cumprimento Vossa Excelência pelo pronunciamento e pelo tema trazido. Na verdade, a comissão de vereadores que examina a questão da legislação nossa já existente tem que uma cautela muito grande, e nós precisamos estar atentos, porque há sempre essa possibilidade de equívoco. Eu não tive o contato com o Professor Garcia, mas fico até emocionado de saber que ele falou com vários vereadores. É um grande amigo, uma pessoa extraordinária, foi meu colega, meu presidente na Casa, tenho muito apreço por ele, mas fundamentalmente por essa legislação. Há outras também em que o reexame precisa ser com muito cuidado, e essa aí precisa ser mantida. Cumprimento mais uma vez V. Exa. pela oportunidade de trazer esse tema em um momento tão significativo para nós.

**Vereador Mauro Zacher (PDT):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Vereadora, muito obrigado pela oportunidade de poder me manifestar em aparte nesse Grande Expediente em um assunto que realmente nos toca, principalmente os vereadores mais antigos desta Casa. Esta revisão, com certeza, por mais que tenha seus méritos, não consegue, em alguns momentos, sentir que realmente provocou a construção de uma legislação por várias mãos; em detrimento disso que a gente recebeu uma série de entidades, de artistas da nossa cidade que solicitaram nosso apoio na manutenção dessa legislação. Eu quero, rapidamente, recordar, Ver.<sup>a</sup> Lourdes, que tem sido, para o Município, um grande esforço manter nossos monumentos. Para os nossos empreendedores de grandes empreendimentos, poder possibilitar a colocação de uma obra de arte, tem sido um esforço talvez não tão grande, mas de grande impacto para a nossa cidade, embelezando os nossos prédios, garantindo que a cultura local seja incentivada. Então, fica aqui o nosso apoio, a nossa manifestação.

E também aproveito para dizer que há uma legislação que também está colocada em xeque que é a oportunidade de as nossas bandas locais se apresentarem em grandes eventos. Eu acho de grande importância – olha, quem não gosta de ir a um grande *show* e poder ver uma banda nossa, local, estar no mesmo palanque de uma grande produção internacional? Então, fica a nossa manifestação; Ver.<sup>a</sup> Lourdes, parabéns pela iniciativa. Uma cidade se constrói pela sua cultura de seu povo. E essas leis, de certa forma, tentam garantir essa cultura que é construída por todos nós. Um grande abraço, muito importante a sua contribuição, através do Grande Expediente.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Obrigada, Ver. Mauro Zacher. Dando continuidade, quero mandar um abraço para meu amigo, nosso ex-vereador por cinco ou seis mandatos, ex-Presidente desta Casa, Professor Garcia, que assiste às nossas plenárias; um abraço à Rosa também. E me emocionei, sim, vendo seu vídeo, relatando sobre a sua lei, que propicia aos artistas locais se apresentarem em grandes espetáculos. Isso existe no exterior também, uma oportunidade desses artistas trazerem a sua arte, ficarem conhecidos em grandes eventos – isso não gera custo porque sai na bilhetagem. Então, também a sua lei é muito importante, muito atual, porque afinal, agora é que nós vamos abrir os eventos. Então, deixo este registro, Professor Garcia: nós não lhe esquecemos, o senhor foi muito importante no meu primeiro mandato, quando fui presidente da escola legislativa, o senhor me apoiou muito. Saúde, muitas alegrias, realizações para a família.

O meu segundo tema – eu também trouxe um vídeo que é bem rápido – é sobre o ativismo com a tecnologia, sem violência. Isso viralizou no mundo nos últimos dias. Trata-se de um evento ocorrido no Reino Unido, da cúpula do G7, que vem ao encontro do que também temos defendido, que é a paz, sem violência, sem perder o rumo da defesa de quem não pode falar e se defender, que são os animais. Nós lutaremos, sim, da nossa forma, com a força que temos, contra a extinção, os maus tratos, que é nossa bandeira ativista de longos anos e que agrega, sim, em nível mundial. Defender esta causa é muito mais do que se pensa: não é figurada em projetos inaplicáveis, inconstitucionais, fotografar com animais, principalmente em campanhas eleitorais, beijando cachorrinhos, e depois sumir. Ou assumir cargos públicos e nada fazer em prol dos animais, omitir-se ao sofrimento animal, ao meio ambiente onde esses seres estão inseridos. É muito mais, pois nos envolve em situações sofridas, com grandes gastos financeiros; também é uma questão de saúde pública e social, pouco compreendida por administrações públicas. Buscamos mais para coibir a omissão e a violência, pois quem maltrata um animal também maltrata os humanos. Eu aproveitei este espaço, neste Grande Expediente, para ser voz ao que eu acredito, tendo esperanças de ver modificações em nível satisfatório para nós. O vídeo viralizou – é uma pena que está meio claro, não se consegue ver tão detalhadamente: tudo isso que está passando é um *show* de drones, estas imagens.

Então, acredito que esta mensagem, que é de paz, vai agregar muito mais no combate à extinção de animais, ao meio ambiente, que passa, desde a caça, desmatamento, tráfico de animais, extermínio indiscriminado, desastres ambientais sem prevenção, e outros.

Então, eu quero lembrar que *show* de drones é a substituição do que eu sempre defendi aqui, que eram os *shows a laser* que conheço há algum tempo, há mais de 20 anos, em parques no exterior. Em 2015, eles estavam nos céus para comemorar as datas festivas de final do ano no exterior, e aprovei um projeto aqui, pelo fim dos fogos de artifício por considerar obsoleto, gerar óbitos, sequelas, custos aos cofres públicos, prejudica os especiais, prejudica os animais, mas lamentavelmente, no ano seguinte, um ex-vereador não teve a mesma sensibilidade, derrotou a minha lei, revogando,

extinguindo ou substituindo. Na época, já defendíamos os *shows a laser* e, agora, por drones, novas tecnologias não poluentes, sem colocar em risco, vidas.

(Não revisado pela oradora.)

(A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** O Ver. Leonel Radde está com a palavra em Grande Expediente.

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT):** Boa tarde, Presidente, colegas vereadores e vereadoras. Infelizmente, não vamos conseguir, então, passar o nosso minidocumentário sobre o uso medicinal da *cannabis*, pois tivemos limitações técnicas aqui, na Casa, mas eram relatos muito relevantes, muito fortes sobre essa realidade. Vamos ver se conseguimos, em outra oportunidade, em outro momento, passar esse material pela nossa TVCâmara, mas esse material estará disponível em nossas redes sociais. Hoje temos Grande Expediente, em que poderemos tratar de diversos assuntos.

Gostaria de parabenizar, mais uma vez, a Ver.<sup>a</sup> Lourdes. E parabenizar também o Ver. Camozzato, que infelizmente não está aqui hoje, mas ele conseguiu, em duas pautas, unificar oposição e situação – isso é um mérito que temos que dar ao Ver. Camozzato. Foram duas pautas que, até agora, ninguém entendeu qual era o objetivo: uma era a retirada de artistas locais em aberturas de *shows* internacionais; e a outra era de retirar obras de arte de grandes construções. Infelizmente, na terceira pauta que ele atacou também a cultura de Porto Alegre, ele foi vitorioso, que era retirar os espaços de teatro e de cinema dos grandes empreendimentos. Mas, pelo menos, nas outras duas, eu espero que ele tenha o bom senso e retire esses projetos que unificaram situação e oposição numa pauta de valorização da cultura de Porto Alegre.

Também temos um projeto construído a várias mãos, que tem como foco o auxílio emergencial aos artistas de Porto Alegre. Nós temos os nossos fundos de cultura, e através de articulações, com diversas forças políticas, diversos grupos teatrais, diversos artistas locais, estamos apresentando um projeto de lei, de autoria do Ver. Comassetto, mas também assinado por diversos vereadores do campo de esquerda da legislatura passada e que recebeu uma emenda construída através de diversas mãos, todas as bancadas aqui, do PCdoB, PSOL e PT, artistas locais trouxeram essa proposta, que eu espero que nós consigamos aprovar aqui nesta Casa, que é utilizar esses fundos de cultura durante este período da pandemia para que sejam utilizados como renda básica, auxílio emergencial aos artistas de Porto Alegre. Peço a compreensão dos vereadores, peço a empatia dos vereadores e vereadoras para que consigamos aprovar esse projeto de lei, com essa emenda, para salvar os artistas locais durante este período da pandemia. São recursos que seriam utilizados em editais. Nós sabemos que é difícil fazermos editais neste momento e esses recursos, então, podem ser distribuídos como auxílio emergencial. Então, faço o pedido aqui ao líder Cecchim, à Ver.<sup>a</sup> Mônica, Ver.<sup>a</sup> Lourdes, todos aqueles que tem essa pauta também como sua, para que a gente aprove

esse projeto que estará sendo votado nos próximos dias, hoje ou na quarta-feira, dependendo da nossa agenda, esse projeto que estamos apresentando.

Foi muito importante o que o líder da oposição, Ver. Pedro Ruas, falou agora há pouco, sobre o avanço das mortes, a quantidade de mortes e quantidade de infectados na pandemia. Felizmente, com o avanço da vacinação, nós temos uma melhora considerável nas mortes, a partir do momento em que boa parte da nossa população começa, pelo menos, a ser vacinada com a primeira dose. Nós sabemos que ainda falta muito para chegarmos no número ideal, estamos muito lentos, mas isso serve para demonstrar os índices, que demonstram cabalmente que a vacina é sim a saída da crise, é sim a forma de salvar vidas. Infelizmente, nosso País perdeu chances de ouro durante esse período e a forma negacionista com que tratou essa pauta. Nós temos um Presidente que, de fato, em breve, será denunciado no Tribunal de Haia – do meu ponto de vista, não tem como escapar –, um genocida, alguém que negou vacina, alguém que negou a renda básica, alguém que negou o distanciamento social, o uso de máscaras, fez todo o possível e o impossível para que nós tivéssemos chegado a esse número alarmante de meio milhão de brasileiros e brasileiras mortos. Vários cálculos foram realizados – como bem lembrou também o nosso líder –, e um deles diz que, se nós tivéssemos cumprido os protocolos desde o início, tivéssemos vacinado no momento adequado, quando tínhamos a oportunidade de fazer essa escolha, nós teríamos, no máximo, 150 mil mortos no Brasil, hoje passamos de meio milhão de mortes. Quantas pessoas poderiam estar no nosso convívio? Isso é muito importante que se diga, porque, no último sábado, diversas cidades, centenas de cidades no Brasil foram às ruas para gritar pela sua própria vida, para gritar por vacina, por renda básica e contra um Presidente genocida. O Ver. Ramiro está aqui, vai fazer um aparte daqui a pouco. Então, é importante, pessoal, neste momento de tanta dor, neste momento de tantas mortes, neste momento em que temos uma crise econômica absurda, muita fome – saiu ontem, na capa do jornal Correio do Povo, dados alarmantes sobre a fome no Brasil –, que nós tenhamos um projeto de País. E o principal projeto, neste momento, é a saída do Presidente Bolsonaro, genocida, incompetente e o responsável por grande parte de mortes que nós tivemos em nosso País.

Infelizmente, como já disse, queria ter passado aqui um vídeo que aborda o uso medicinal da *cannabis*, que é um outro projeto que nós temos. Apresentamos três projetos nesta Casa: o primeiro, um projeto de distribuição de medicamentos à base de *cannabis*, pelo SUS; o segundo projeto é a Farmácia Viva, que permite o plantio em farmácias, não somente da *cannabis*, mas de outros medicamentos que possam ser plantados, chás, etc., um projeto que já existe em outras cidades; e o terceiro é o que permite a pesquisa do uso medicinal da *cannabis*. Então, nós temos que fazer esse debate saudável. Nós temos o PL nº 388, que tramita na Câmara, está avançando, já passou por uma comissão, vai à votação, e nós estamos apoiando essa grande iniciativa que traz muito confronto e traz uma melhora na qualidade de vida de diversas pessoas, que antes não podiam nem sair de casa, não conseguiam nem se alimentar de forma correta, tinham crises constantes, depois do uso medicinal da *cannabis*, tiveram uma melhora na sua qualidade de vida. Por isso que eu digo que infelizmente a gente não

pôde passar esse vídeo que seria esclarecedor neste momento, neste debate tão importante para o nosso País.

Temos também que abordar a privatização da Carris. Sábado passado, tivemos o aniversário dessa empresa centenária, relevante e que presta grande serviço para a população de Porto Alegre. Uma empresa superavitária até um determinado período; depois, através de escolhas políticas, começa a apresentar prejuízos. E é importante que se diga que hoje a Carris absorveu as linhas deficitárias que a iniciativa privada não teve o interesse de absorver. Através dessa iniciativa, de utilizar os seus próprios ônibus, o seu pessoal para administrar essas linhas deficitárias, é natural que a Carris tenha um prejuízo, mas é bom que se diga que a população de Porto Alegre não teria acesso a diversos locais, principalmente a população periférica da nossa capital, se a Carris não tivesse assumido essa responsabilidade que somente uma empresa pública pode assumir. Tivemos dezenas de mortes de motoristas, de cobradores, diversas pessoas afastadas dessa grande companhia durante a pandemia e não tiveram qualquer tipo de assistência, ou de cuidado por parte do poder público, e hoje recebem como prêmio a possibilidade de venda total e irrestrita de todos os bens dessa companhia. Temos que abrir a caixa-preta também do transporte público, das planilhas, de quanto vai custar para nossa cidade essa nova passagem, ou esse sistema de transporte que está sendo levado a cabo aqui, nesta Casa, e que, nos próximos dias, votaremos algumas questões pertinentes a esse assunto.

Espero, igualmente, que o prefeito também não apresente a sua proposta de aumento de alíquotas contra os servidores e servidoras do Município. Isso é imoral, isso é algo que atinge profundamente todos aqueles que trabalham diuturnamente pela nossa cidade, esses trabalhadores e trabalhadoras do serviço público.

E quero aqui também deixar um apelo. Temos um edital em andamento que ignorou, em relação a professores e professoras, o ensino do espanhol, e essa é uma demanda que chegou ao nosso mandato, e nós estamos exigindo que a Prefeitura modifique esse edital e valorize o espanhol nas aulas da nossa rede pública municipal. Faço um apelo aqui, mais uma vez, ao prefeito, à secretária da educação para que revejam esse ponto e tragam a possibilidade desses profissionais estarem representados nesse edital.

Por fim, é importante que nós façamos uma reflexão mais profunda sobre a situação que estamos vivendo na nossa cidade, no nosso Estado, no nosso País, que envolve o aumento da miséria, e a situações de exclusão. Temos um aumento aí de 10 a 11 bilionários em nosso País, enquanto milhões voltaram para a linha da miséria absoluta. O PIB cresce e a renda do brasileiro tem uma queda de 10%, isso é simbólico, porque sempre se teve a ideia de que o PIB representava algo positivo para o nosso País, se o PIB crescia, automaticamente todos pensavam que a economia estava indo bem, que o brasileiro viveria melhor e que isso seria simplesmente óbvio que ocorresse automaticamente. E neste momento de pandemia, neste momento de crise, nós observamos que, se não existe justiça social, distribuição e renda, o PIB não representa absolutamente nada em qualidade de vida para a nossa população. E é essa batalha que temos que fazer no campo político, no campo da disputa das ideias para que tenhamos

uma sociedade realmente igualitária, uma sociedade realmente equilibrada e que poucos não dominem o nosso País para favorecimento pessoal e aumento das suas fortunas, enquanto milhões ficam à margem e não tem, sequer, alimento ou moradia, isso é o básico de uma sociedade minimamente democrática, minimamente equilibrada. E é essa luta que nós fazemos, que o Partido dos Trabalhadores faz e que seguiremos caminhando rumo a um País mais justo, rumo a um País em que essas desigualdades se reduzam de forma drástica. Meu muito obrigado, seguimos juntos até a vitória, sempre – ninguém faz nada sozinho.

(Não revisado pelo orador.)

**Vereador Ramiro Rosário (PSDB) (Requerimento):** Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornaremos à ordem normal.

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Ramiro Rosário. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Saúdo nossa Presidente, Ver.<sup>a</sup> Nádia; colegas vereadores, vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta segunda-feira. No último final de semana, tivemos uma demonstração livre do povo brasileiro contra um governo genocida e irresponsável, incapaz de atender a uma política de prevenção à Covid ou de combate à Covid em todo o Brasil. Percebemos que a indignação não fica só em Brasília, mas está em todos os recantos deste Brasil afora. Uma marca jamais calculada, mas que acontece na vida do cidadão, com mais de 500 mil mortos já, 500 mil pessoas perderam sua vida. Não há como não se indignar ao perceber claramente que este governo, o governo Bolsonaro, não priorizou a vida dos brasileiros. A clara demonstração está quando a própria CPI do Senado demonstra claramente, através de depoimentos de próprias pessoas ligadas ao atual governo ou foram ligadas, a demonstração clara e precisa da não atitude do governo na compra das vacinas em tempo hábil para imunizar a população, enquanto outros países já liberam, inclusive, o uso de máscara e que têm a dita imunização de rebanho com mais de 70% das pessoas vacinadas. Lamentavelmente, nós percebemos que aqui, no Brasil, a cada 424 pessoas, habitantes, há uma vida perdida; nos Estados Unidos, a cada 536 habitantes, há uma vida perdida; nos países socialistas, muito criticados por muitos aqui que defendem o capital, por exemplo, Cuba, há uma vida perdida a cada 9.866 habitantes; se nós pegarmos, por exemplo, o Paquistão, há uma vida perdida a cada 10.068 habitantes; na Índia, há uma vida perdida a cada 3.568 habitantes; na China, a uma vida perdida a cada 310.457 habitantes; no Vietnã, há uma vida perdida a cada 1.520.915 habitantes. Isso é uma demonstração clara de que o Brasil está em

primeiro lugar em número de mortos por uma falta de política de prevenção, e, mais do que isso, por ter um governo que defende o *kit* Covid numa demonstração clara e precisa que infelizmente não ouviu a comunidade científica e se nega a ouvir, visto que ele mesmo anda sem máscara em todas as atividades públicas ou parte delas, como demonstração precisa do descaso e da não prioridade à vida dos brasileiros. Não há como a população não perceber isso, tanto é verdade que, nesse final de semana, foram milhares de cidadãos nas cidades, milhões de brasileiros que se manifestaram tamanha a indignação com o governo irresponsável e inconsequente e já carimbado como um governo suicida. Então, nesse aspecto, com certeza, nós estaremos atuando como nunca, combatendo essa política desleal com o povo brasileiro, porque, por mais que agora venha a vacina, pelo calendário do próprio governo, aí até o final do ano, quantas vidas ainda vamos perder? Sim à vacina, não a um governo suicida. É por isso que a democracia agora, em seguida, na nova eleição, restabelecerá o que o povo brasileiro defende e quer como prioridade: a vida do cidadão. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Boa tarde, Ver.<sup>a</sup> Nádia, Presidente na tarde desta segunda-feira, 21 de junho, abertura do inverno – como se já não tivéssemos bastante frio, mas é bom sempre registrar; boa tarde colegas. Eu utilizo a tribuna como forma de exteriorizar a minha surpresa, sim, estou surpresa e chocada com o projeto ou com a tentativa, com a fala do meu colega Ver. Felipe Camozzato, que defende revogar leis e normas, conforme o nobre colega, inócuas. Fui no dicionário e procurei saber o significado ao pé da letra da palavra “inócua”. Vamos lá: que não produz efeito pretendido, ineficaz, inútil e incapaz. Aí, fico sabendo que nessa lista de leis que o meu colega Felipe considera inócuas está um projeto importantíssimo de um querido colega da época do meu pai, Pedro Américo Leal, e que eu tive a honra também de ser colega o ex-vereador Garcia. Fiquei mais surpresa ainda quando eu li o conteúdo. O ex-vereador Garcia é autor de uma importante lei, e digo isso com a maior segurança porque fui secretária de Estado do governo Yeda Crusius durante quatro anos e sei muito bem da importância que é incentivar os nossos artistas locais, despertar vocações, incentivar a cultura numa cidade que clama por cultura. Ora, vejam bem, as construções civis têm a obrigação de colocar obras de arte dos nossos artistas, mas é uma obrigação que fica a cargo do construtor colocar onde ele quiser e da forma que quiser, investir desde R\$ 1mil até R\$ 100 mil, embelezando a nossa cidade, promovendo a arte, que seja acessível a todos os cidadãos gaúchos. Nós temos assim, em Porto Alegre, uma galeria a céu aberto. Obras de arte sempre estiveram presentes nos prédios de forma natural, isso acontece no mundo inteiro. Aí vou mais fundo e vejo que uma das teses do vereador meu colega é para tornar o Estado menos burocrático – esse é o objetivo do Ver. Camozzato. Mas fui pesquisar na lei do ex-vereador Garcia, querido vereador

Garcia, e vejam bem, não tem nada de burocracia. Os senhores e as senhoras saibam que o artista, para utilizarem uma obra de arte dele, deve estar cadastrado para esse acervo, e quem faz a gestão do acervo é a Secretaria da Cultura de Porto Alegre e, em 30 dias, não tem burocracia, vai lá, escolhe a obra e o construtor aceita. Eu gostaria de, como ex-secretária da Cultura, com muito orgulho, do Estado do Rio Grande do Sul, dizer que Porto Alegre tem 170 obras de arte, e a aprovação dessas obras de arte duram, não tem burocracia – não são nem 30 dias, são 24 horas, acabei de ler. Não são leis inócuas, esta lei é muito importante, nós, neste plenário, não vamos deixar que esta lei seja retirada porque ela é muito importante. Cultura é memória, história da nossa cidade. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(O Vereador Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** Obrigado Presidente, boa tarde colegas vereadores e público que nos assiste. Líder Cecchim, há um ditado que diz que “peixe morre pela boca”. Pois bem, Ver. Gilson, vamos explicar por que esse ditado é tão famoso. Dias atrás, o Ver. Leonel Radde postou no seu *tweet* que estava em vias de ser votado a lei que obriga a abertura de *shows* internacionais por bandas locais. Problema, não estava em via de ser votada, a lei é de 2019, assim como eu falei para a imprensa e expliquei ao Ver. Radde, na reunião de CCJ, tampouco tinha intenção de votar porque o projeto tinha sido abandonado em 2019. Mas entendo que o vereador quis chamar a atenção, atraiu aí o tempo e a atenção de uma série de artistas locais, ocupou o tempo de todos os colegas vereadores para criar um alarde onde não existia. Esta lei, e falei inclusive com a própria filha do Professor Garcia, que não tinha pretensão de votação, todos os músicos, inclusive meu irmão é músico, tem banda, já abriu show internacional, também já tinha sido consultado lá em 2019, junto com os seus colegas músicos, e lá, em 2019, nós não prosseguimos com o processo. Este projeto inclusive não fazia parte da Comissão Especial de Revisão Legislativa tampouco da Frente Parlamentar, foi uma iniciativa exclusiva minha, porque justamente honrei o acordo que tinha sido feito com os vereadores de que, aqueles que não houvesse consenso, eu protocolaria por conta. E foi isso que fiz neste projeto lá em 2019. Então, é um projeto que nasceu em 2019 e ficou em 2019. Por algum motivo, que não talvez de chamar a atenção e apavorar todos, foi trazido à pauta agora com a promessa de que ia ser votado, a não ser que o Ver. Radde fosse pedir para priorizar e votar. Enfim, este é o projeto do ex-vereador Professor Garcia. O projeto das obras de arte é um outro processo que recém foi protocolado por vários vereadores desta Casa, um projeto que visa, na verdade, fazer com que Porto Alegre possa ser mais competitiva. Aliás, não sei se viram, na semana, foi publicado o *ranking* do E-business

em que pegou em todas as capitais brasileiras a competitividade de cada município. Porto Alegre é uma das piores capitais para se investir, uma das piores capitais em termos de licenciamento de empreendimentos, licenciamento de habitação dos empreendimentos inaugurados, e um dos motivos é que nós temos... (Problemas na conexão.)... por exemplo, essa: nós temos 108 artistas cadastrados na Secretaria Municipal de Cultura, esses 108 artistas cadastrados estão protegidos por essa lei em detrimento de toda a população de Porto Alegre que tem que pagar o custo, não só das obras de arte como do tempo de licenciamento, porque o habite-se não é concedido se não tem uma obra de arte de um desses 108 artistas instalada. Na época que começamos essa tramitação, falei com vários desses artistas, inclusive recebi no meu gabinete, fui no gabinete do Ver. Bosco, na ocasião, e falei: “Vocês não acham que é irrazoável, se eu tenho, por exemplo, um Van Gogh ou um Picasso em casa, e quero botar justamente para atender o caráter cultural da lei no hall de entrada, eu possa ter atendimento para ter o habite-se?” Eles concordaram. Concordaram que não fazia sentido ter uma restrição a 108 artistas plásticos. Vejam. Uma cidade inteira, que é o caso aqui, nós estávamos debatendo Previdência, então estávamos debatendo justamente o prejuízo que se tinha para 1,4 milhão de habitantes para uma legislação que beneficiava apenas 15 mil. Essa é uma legislação que beneficia 108, em detrimento dos 1,4 milhões. Porque quando você coloca um entrave como esse no empreendimento, você aumenta o tempo de licenciamento, é custo; aumenta o custo do próprio empreendimento, isso indiretamente amplia o custo de moradia na cidade, amplia o custo dos imóveis na cidade. E, vejam bem, nas cidades onde existe a lei de incentivo cultural, e a Ver.<sup>a</sup> Lourdes foi muito feliz aqui em trazer aqui exemplos, em outras cidades brasileiras, a lei é muito interessante porque ela desonera para incentivar a cultura. Ela permite ainda mais índice, ela permite redução tributária, ela permite justamente que haja um incentivo real e não prejuízo.

Então, Ver.<sup>a</sup> Mônica, eu gostaria de ter, e tenho certeza de que a senhora concorda comigo, uma lei que incentivasse a cultura tal qual tem em outras capitais brasileiras, onde para instalar essa obra de arte, você tem um benefício, tem uma redução tributária, redução de taxa, uma facilidade, ou mesmo um incentivo de construção, coisa que em Porto Alegre não é assim. Nós temos uma legislação que é prejudicial para as partes e ela não estimula, ela cria um conflito. E esse é o intuito de se colocar em debate também, nós temos que modernizar essa legislação. Não é possível ficar com uma legislação que beneficia 108 pessoas em detrimento de toda a população. Nós precisamos avançar nesse debate, e, aí, justamente quando eu falei sobre não fazer muita confusão, é que a lei dos... (Problemas na conexão.) ...é um outro debate que já foi vencido pelo tempo.

Esse debate não está em pauta. O que vai entrar em pauta ainda vai ser o das obras de arte que, esse não é do Professor Garcia; essa lei, na verdade, é dos 108 artistas que estão cadastrados na Secretaria Municipal de Cultura e que precisarão sentar e conversar com a cidade sobre o porquê eles merecem ter uma lei que lhes garante um benefício que não existe nada parecido nem no Brasil nem no mundo. Porque, no

mundo, quando se quer dar benefício nesse sentido, você beneficia ambas as partes e não só um lado. Hoje é um lado em detrimento de todos os demais. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Sr. Presidente, eu vou usar esse tempo para um esclarecimento ao Ver. Camozzato. Ver. Camozzato, as obras de arte que estão instaladas em Porto Alegre, algumas foram doadas por esses artistas que estão cadastrados. E talvez o senhor desconheça que os investidores podem contratar, sim, artistas de fora. Olhe as obras que nós temos por liberdade dos empreendimentos: do Gustavo Marques, na rua 24 de Outubro; do Bez Batti, na rua Luciana de Abreu; da carioca Nelly Gutmacher, na Av. Ipiranga; de Carlos Vergara, artista radicado em São Paulo, na Av. Praia de Belas; do brasileiro Túlio Pinto, na Av. Nilo Peçanha. Então o empreendedor pode escolher o seu artista, mas ele vai ter que se cadastrar e cumprir todas as exigências legais e documentação. Muitos artistas têm doado obras, como ali no Hospital Moinhos de Vento – eu não estou com a foto aqui, mas ela circulou. Então nós temos que aprofundar mais e trazer mais informações para ver que essa lei é bem simples. O habite-se não está pronto por algum outro motivo, porque o artista só vai apresentar obras, se estiver de acordo com a construção, em harmonia com o empreendimento. E também essa obra é liberada ainda, como eu li no início, pelo autor do projeto arquitetônico do empreendimento. Então não é assim, Ver. Camozzato, aprofundar uma lei, dizer o que não é, que tem prejuízo, sim, àquilo que a gente acredita, que nós precisamos valorizar os artistas, que isso não é emperramento. Tudo que pode ser efetuado de valores, são valores ínfimos, se o empresário fizer uma obra mais dispendiosa, como foi a que eu li inicialmente, que é a Revolta de Atlas, que é uma obra imponente, o Cavalo, da Av. Carlos Gomes também é uma obra imponente, isso é uma liberação do empreendedor. Os empreendedores não estão questionando, até onde eu sei, essas obras. E muitas pessoas gostam de chegar no seu apartamento, na sua moradia e ver um jardim bem organizado com uma obra de arte. Por que ser contra isso? Então, Ver. Camozzato, vamos aprofundar, vamos ver como funciona e não vem dizer aqui que isso emperra empreendimento, emperra habite-se porque não é assim a forma correta de interpretar. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Bruna Rodrigues está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB):** Boa tarde, vereadoras, vereadores. Eu vim até esta tribuna para, primeiro, me comunicar com os artistas

plásticos que nos acompanham pela TVCâmara e que têm nos procurado temerosos com a revogação dessa lei tão importante para a nossa cidade, essa lei que valoriza a cultura popular. Eu sempre faço uma referência, pouco viajo para o exterior, mas vejo muitas fotos dos colegas, quando vão viajar para o exterior e procuram aquelas obras de referência de determinados lugares, para fazer suas fotos, para divulgar sua localização, para ostentar as suas viagens, para fazer desses lugares espaços culturais que valorizam os artistas locais, mas também que valorizam a suas cidades. O que eu vejo o Ver. Camozzato fazer, eu fico tentando entender o motivo pelo qual o vereador deseja revogar essa lei. Primeiro é importante dizer que o Ver. Camozzato mirou essa lei porque ela é uma lei construída pelo ex-vereador Raul Carrion, do PCdoB, que é um progressista, um popular, que é um homem muito comprometido com o desenvolvimento da cidade, com a cultura popular da cidade e esse, por si só, é o motivo pelo qual o vereador... Por isso a gente ouve isso inclusive nos corredores da Câmara de Vereadores. É inadmissível que um vereador eleito pela população de Porto Alegre venha aqui motivado por simplesmente ideologia política. E outra, porque também, desde o princípio, o Ver. Camozzato tem se mostrado contrário à cultura popular, contrário ao desenvolvimento social da cidade. É só nós buscarmos as últimas votações e vemos como o vereador tem se posicionado. Eu venho a esta tribuna manifestar o nosso repúdio a esse posicionamento e dizer que essa é uma lei fundamental para a cultura popular da cidade. Eu fico pensando aqui, nós ouvimos recentemente inclusive que é muito mais fácil manter uma obra, uma escultura que marca o lugar, onde as pessoas têm orgulho de ir, passar por essas obras, tirar foto, postar nas redes sociais, valorizar a cidade. O que o vereador vem fazendo é contra a cultura, algo que destrói a identidade da cidade. Às vezes eu fico pensando que uma parcela de vereadores aqui não tem orgulho de ser desta terra, não tem orgulho de ser brasileiro, adoram fazer discurso patriota, mas na hora de representar e defender a sua terra, os seus artistas, a sua cultura popular, a cultura que vem sendo duramente atacada no último período, a gente vê manifestações como essa. Eu quero registrar aqui o repúdio da bancada do PCdoB, nós vamos falar com cada vereador para que a gente mantenha essa lei importante da cidade para que a gente consiga fomentar muito mais a cultura ao invés de ter a cultura como adversária. Então, essa é a nossa manifestação. Uma boa tarde a todos e todas.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania):** Boa tarde a todos. Uma pauta importante da cidade que está sendo discutida nos últimos dias é a questão da mobilidade. Eu tive a oportunidade, na última sessão, na quarta-feira, enquanto a sessão estava acontecendo, de ouvir pelo celular e participar de uma reunião promovida pelo prefeito, junto a algumas entidades empresariais da cidade de Porto Alegre, os

comerciários, a FIERGS, algumas outras empresas que poderiam ser eventualmente afetadas pelo aumento da passagem de ônibus e pela mudança na cobrança sobre os trabalhadores que passariam a subsidiar o transporte coletivo na cidade de Porto Alegre. Eu demonstrei a minha preocupação com a taxaço do emprego, na cidade de Porto Alegre, para subsidiar as empresas de ônibus que nós sabemos que são deficitárias, têm uma grande dificuldade de manter as contas em dia. E não é atribuição do nosso Município subsidiar, através dos impostos, um sistema de transporte que está fadado ao fracasso. O prefeito tem uma grande preocupação, inclusive está participando de uma mediação, através da Justiça, para fazer o aporte de recursos nas empresas para que o sistema não colapse nesses próximos meses; o Município de Porto Alegre aportou R\$ 16 milhões de reais em oito parcelas de R\$ 2 milhões para que o transporte coletivo na cidade de Porto Alegre continuasse trabalhando. Uma grande preocupação do prefeito é a de fornecer subsídio sem transparência para o gasto que efetivamente essas empresas estão tendo, porque, como fala a oposição, e tem razão, pode ser que nós estejamos subsidiando o lucro do empresário do transporte coletivo na cidade de Porto Alegre, e isso não é admissível nem para quem é a favor do governo, nem para quem é contra o governo. Nesse sentido, eu fiz duas propostas para o prefeito naquela ocasião e as duas foram muito bem recebidas pelo governo. Primeiro, não faz sentido o Município subsidiar o transporte coletivo, se não se tem transparência nos gastos dessas empresas e não se tem transparência nos custos que essas empresas têm na hora de fazer o cálculo da depreciação do seu veículo, o cálculo dos custos delas para a operação na cidade de Porto Alegre. Esse é um aspecto. A sugestão que eu dei para o prefeito, nesse sentido, foi a de não dar subsídio, mas eu gostaria de lembrar os colegas vereadores aqui que nós já aprovamos algumas isenções, como Legislativo, que o Município deveria pagar, mas não paga. Como funciona o sistema de repartição do custo do transporte público na cidade de Porto Alegre e em boa parte das cidades do País? Nós temos, por exemplo, 50 passageiros: 25 passageiros de um lado do ônibus e mais 25 passageiros do outro lado do ônibus; nós, vereadores, e o prefeito, através do Poder Executivo, aprovamos leis que falam que a metade do lado da esquerda não vai pagar passagem. Só que nós que estamos aprovando a isenção dessas pessoas, não somos quem financia a isenção das pessoas que estão recebendo a gratuidade. Nós falamos que quem vai pagar aquela passagem vão ser as pessoas que estão na outra metade do ônibus. Não faz sentido que nós, como Estado, digamos que metade das pessoas tem que ter isenção, se não formos nós a custear essa isenção. Hoje, infelizmente, nós dizemos que um percentual das pessoas tem direito à isenção, e nós fazemos com que o outro pagante custeie a própria passagem e a passagem do usuário gratuito, isso não faz nenhum sentido. Então, para que a Prefeitura não tenha que subsidiar empresas que não fornecem transparência no cálculo da passagem, a proposta que eu passei para o Executivo é de que ele, em vez de subsidiar a passagem, subsidie a passagem a quem ele dá gratuidade. Então, a Dona Maria, o Seu Pedro, o estudante, cada um tem um CPF, cada um vai receber o seu cartão Tri, e a Prefeitura vai abastecer esse cartão Tri e vai ter o rastreio desse gasto, porque nós, como Estado, estamos dando a gratuidade, temos que bancar a gratuidade e

não fazer com que o usuário do lado pague o dobro para bancar a gratuidade que nós dizemos que ele merece – esse é um aspecto.

Outro aspecto que eu falei para o prefeito, que é muito importante, é que, respeitando as entidades que lá estavam presentes – e que não veem, por parte do prefeito, essa crítica que eu vou fazer –, a impressão muitas vezes que dá, quando se fala em mobilidade, em transporte, é que existe um certo fetichismo para se salvar as empresas de ônibus presentes na cidade – tanto a pública, quanto as privadas –, e não faz sentido, se o sistema não é sustentável. Faz sentido a gente estar colocando dinheiro público num sistema que não funciona? Só para fins de exemplo para os senhores: no ano passado, se gastou, com transporte público na cidade de Porto Alegre, mais de R\$100 milhões, sendo que, para compra de leitos para coronavírus na cidade de Porto Alegre, se gastou R\$ 60 milhões. Para salvar as empresas de ônibus da cidade de Porto Alegre se gastou mais do que se gastou com o combate à pandemia, não faz o mínimo sentido!

O que eu levantei como alternativa para a Prefeitura é que, a exemplo do que aconteceu com os aplicativos, que ofereceram às pessoas a oportunidade de elas se locomoverem com mais conforto, com mais segurança e eventualmente, inclusive, com mais economia, eu gostaria de contribuir para a liberação de outros modais de transporte na cidade, como, por exemplo, *vans*, mototáxi. Inclusive tive a oportunidade de falar com o prefeito sobre a questão do mototáxi, que foi um tema trazido pelo Ver. Camozzato na outra legislatura, e que está sendo construído com o Ver. Giovane Byl e o Ver. Pablo Melo. A questão é a seguinte: nós queremos reduzir o preço da mobilidade ou nós queremos salvar os ônibus na cidade de Porto Alegre? Na minha opinião, nós devemos nos preocupar em reduzir o custo do deslocamento, incluindo o ônibus, mas não só salvando linhas de ônibus e empresários que não sabemos o lucro que estão tendo.

Nós levamos essa ideia para o prefeito sobre a regulamentação do mototáxi na cidade de Porto Alegre, não precisa de lei, porque já tem lei federal que disciplina, basta um decreto municipal. Eu levei ao prefeito, e nós temos dentro do secretariado um *expert* em mobilidade através de mototáxi. O secretário Cezar Schirmer foi prefeito na cidade de Santa Maria e lá ele implementou o mototáxi. Nós vamos fazer isso na cidade de Porto Alegre e esperamos que com isso a gente consiga reduzir o custo da mobilidade, dando mais autonomia para as pessoas decidirem onde alocar os seus recursos e reduzir o seu custo de deslocamento na cidade de Porto Alegre. Vai ser aberto um SEI com uma moção de apoio, para quem quiser assinar, uma moção de apoio à implementação do mototáxi na cidade de Porto Alegre, estará aberto, a partir de hoje, no sistema da Câmara.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Obrigada, Presidente, colegas vereadores, público que nos assiste, primeiro é importante a gente fazer uma diferenciação, senão vai ficar uma bagunça na cabeça de quem está nos ouvindo aqui. A lei do Prof. Garcia não é a lei que estamos falando agora, das construções dos prédios; a lei do Prof. Garcia – isso está pactuado aqui, todo mundo entendeu – é a respeito dos *shows*.

Agora eu vou desenhar, porque estou cadastrada, para que todo mundo entenda. Essa lei é de 1998, nela há uma obrigatoriedade de que o empreendedor tenha o habite-se, e vou ler para vocês o art.4º: “Para obtenção da carta de habite-se, deverá ser encaminhado ao Poder Executivo projeto de obra de arte contendo nome do artista, a chancela do responsável, o técnico pelo projeto da arquitetura do empreendimento e a descrição da obra de arte e do local da sua colocação”. Vamos lá, vamos pensar, vamos tirar as nossas armas, vamos nos desarmar, ninguém aqui é contra o artista; agora, não pode ter uma reserva de mercado, apenas 108 artistas. Se eu sou empreendedor e quero colocar uma obra de arte daqueles que não estão ali cadastrados, eu não posso, ou seja, é uma (Expressão retirada por determinação da oradora.) Ainda por cima, se a Prefeitura quer estimular obras de arte, que ela também dê uma contrapartida para o empreendedor, por exemplo: hoje a liberação de uma licença para início de obra, quanto tempo leva? Dois, três anos? Que a Prefeitura dê, como contrapartida, menos tempo e que se tenha uma licença em tempo mais hábil, para que estimule efetivamente que o empreendedor queira fazer uma obra de arte. Outra coisa que eu levantei aqui, a agilidade que hoje nós temos na Prefeitura para licenciamento, para iniciar uma obra é muito demorada. Ainda por cima, se o empreendedor, acima da metragem que está na lei, não colocar obra de arte daqueles profissionais que estão cadastrados, ele não pode ter habite-se. O quanto nós teremos de prejuízo de pessoas que querem – pensemos num prédio residencial – ali morar e não podem porque não tem o habite-se, porque não tem uma obra de arte. Mais do que isso, nós podemos pensar e discutir bastante essa lei, é uma lei antiga, não é uma lei ruim de todo, mas temos que torná-la mais inteligente; revogar essa e fazer outra em que os artistas possam ser avaliados, que não precisem ser única e exclusivamente daqui. Por que eu não posso colocar uma obra de um artista de fora, de um artista internacional? Nós temos que pensar que, se o Município quer estimular arte e cultura para o povo, não pode querer que isso seja pago pelo empreendedor que já está fazendo o seu papel. O Município tem de dar uma contrapartida inteligente, seja por meio da agilização do licenciamento, seja um desconto no ITBI, seja lá o que for. Nós podemos estimular, sim, a cultura, os artistas de uma forma diferenciada, de uma forma que seja mais agradável para todos. Ambos os lados têm que se sentir estimulados a querer cultura, a querer arte, para que não se tenha, primeiro, reserva de mercado; segundo, para que se tenha, daqui a pouco, uma contrapartida da Prefeitura para estimular exatamente o empreendedor a querer colocar uma obra de arte naquela edificação, e que essa obra de arte possa ser definida não apenas pelos que estão cadastrados, mas também por aqueles que mais se assemelharem com aquele empreendimento. Enfim, volto a dizer: ninguém é contra a cultura, ninguém é contra o artista, mas nós temos de pensar numa cidade mais inteligente. Uma lei de

1998, que engessa novos artistas, que engessa o empreendedor de ter o seu habite-se, porque se ele não estiver de acordo como que está na lei, ele não pode ter o habite-se, nós estamos pensando numa cidade retrógrada e não numa cidade que seja para frente. Então é muito importante repensarmos essa lei, um projeto mais inteligente, que abranja mais artistas e que não penalize simplesmente o empreendedor que precisa do seu habite-se. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Bruna Rodrigues está com a palavra para uma manifestação.

**Vereadora Bruna Rodrigues (PCdoB):** Primeiro, eu queria registrar a falta de respeito da forma com que a Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia se refere a um ex-vereador que construiu essa lei, construída coletivamente com o Sinduscon. “Projeto burro, lei burra”, vereadora, não sei se a senhora tem memória da sua fala. Outra coisa, Presidente, eu acho que a vice-líder do governo precisa visitar a sua postura dura e agressiva com ex-vereadores que construíram e que têm uma relação íntima com a cidade, ao usar a nossa tribuna de forma muito desqualificada. Obrigada.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB):** Boa tarde, Presidente, colegas. Primeiro, vou fazer uma menção à colega Bruna. A colega antes falou que o Ver. Felipe Camozzato subiu à tribuna e que se posicionou contra uma lei porque a lei foi criada pelo Raul Carrion; agora, ela pede o microfone de apartes, diz que a Comandante Nádia está atacando o ex-vereador Raul Carrion. A gente tem que ir devagar com o andor, vereadora, não tenha esse sentimento de amores por siglas partidárias. Até mesmo porque, na semana passada, a gente estava conversando aqui, numa forma de brincadeira, entre nós, e dizias: “O grande governador do Maranhão, Flávio Dino, do PCdoB, do PCdoB, do PCdoB...”, e está aí, o Flávio Dino nem é mais do PCdoB. Então, desapega, desapega das siglas partidárias, dos nomes, aqui não se está atacando ex-vereador Raul Carrion, está se discutindo um projeto que não cabe mais dentro da realidade da nossa cidade. Primeiro, se a gente quer aqui exaltar a arte, valorizar a arte em Porto Alegre, os monumentos da cidade, eu faço, quem sabe, um convite a alguns setores políticos da nossa cidade que acham bonito quando se tem manifestação e se picha um monumento, que vão lá nos monumentos públicos que embelezam a nossa cidade e picham “Fora Bozo”, aí é bonito, aí não tem problema, não é desrespeito com o artista, com a cidade. Então, se a gente quer discutir, começar realmente aqui um debate de valorização da classe artística, de valorização do patrimônio, dos monumentos da nossa cidade, primeira coisa que tem que se fazer é condenar quem picha, quem vandaliza monumento público, quem vandaliza os prédios

tombados da nossa cidade, quem ataca, denigre, destrói a nossa Porto Alegre por meio desses atos. Falando da questão da reserva de mercado, é muito claro com relação a esse projeto vigente hoje na cidade que nós temos uma reserva de mercado para meia dúzia de artistas de Porto Alegre. E por que esses artistas são melhores do que outros? Porque esses artistas devem ser incentivados, valorizados mais do que os outros? Será que nós não temos outros artistas que não fazem parte do clubinho em Porto Alegre e que também mereçam ter o seu monumento, Ver. Idenir Cecchim, exposto na cidade? Será que nós não temos artistas de fora da cidade que o porto-alegrense, que o nosso turista também mereça ver a sua obra de arte exposta nas ruas de Porto Alegre? Lembra-me bem o debate que teve quando se estava discutindo a revitalização da orla do Guaíba: “Não podemos ter uma orla feita por alguém de fora” – no caso, o consagrado Jaime Lerner. “Não! O Jaime Lerner não é porto-alegrense, o Jaime Lerner não é gaúcho, fora Jaime Lerner!”; inclusive o humilharam aqui na Câmara, vaiaram, e hoje está lá a orla bonita, frequentada por todos, exaltada por todos, virou um símbolo de beleza e de espaço público revitalizado na nossa Cidade. Então, nós não somos melhores do que ninguém, o porto-alegrense não é melhor do que ninguém, e o artista porto-alegrense deve, sim, ser respeitado, deve ser exaltado, mas também não está acima dos artistas dos outros estados e até mesmo de outros países. Isso que acontece aqui é uma reserva de mercado. Talvez, para quem não conviva ou não tenha muita familiaridade com o funcionamento de um sistema onde há a presença do mercado, há o valor de determinado monumento, há oferta, há demanda e há necessidade ou vontade de se comprar determinado monumento para embelezar a nossa cidade, mas é algo muito parecido com o que alguns países, alguns regimes fazem, acabam trazendo para si e para os seus aquilo que pode, aquilo que deve acontecer, aquilo que pode ser consumido, o que deve ser exposto na rua, e, para os outros, nada; para o partidão vale tudo, para o poder, para aqueles que têm a detenção de determinado conselho, tudo vale, mas para os que estão fora “não, vocês não podem participar, vocês não podem expor a sua obra de arte, porque vocês não fazem parte do clubinho”. Eu aqui já me manifestei em outras oportunidade e manifesto novamente: esta lei representa um atraso para a cidade Porto Alegre. Por quê? Primeiro, ela busca – tem uma expressão chula que não vou dizer em respeito a quem nos acompanha – se aproveitar do dinheiro alheio, querer expor a sua obra, querer, na verdade, forçar a compra de determinada obra, com o dinheiro alheio, porque, talvez, se fosse depender da vontade do empreendedor, aquela obra ou aquele artista não teria a compra do seu monumento efetivada. Segundo, é o famoso criar uma dificuldade para alguém, para impor a facilidade a outrem. Nós temos participado de uma série de debates a respeito desse assunto, Camozzato, que, às vezes, tem o empreendedor ou, no caso, o artista, ou alguma pessoa que tem o seu negócio e que diz o seguinte: “Eu quero facilitar o meu negócio; como eu facilito o meu negócio? Eu crio dificuldade para o outro”. Na arte isso também, infelizmente, acontece. A gente tem de pensar em abrir, sim, o mercado de obras de artes, de monumentos da nossa cidade para o maior número de artistas possíveis. Se os artistas porto-alegrenses tiverem boas obras, belezas para contribuir com a nossa cidade, certamente serão contemplados a partir do momento em que o empreendedor assim o quiser. Então, fica aqui o registro,

Presidente, que a gente possa, sim, revisar essa lei e ter um encaminhamento, para que a obra de arte seja consagrada pelo seu valor real, artístico, de mercado, de embelezamento, de significado para a cidade, e não se ela foi feita, pensada, executada pelo clubinho que está lá, dentro de uma lista, na Secretaria de Cultura.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, membro desta Casa, eu tinha tanta coisa para falar em liderança, como os 500 mil mortos de Covid no Brasil, a alta taxa de desemprego, nós já estamos com 14,7%, ou seja, 14,8 milhões de pessoas desempregadas, mas, meu colega e amigo Felipe Camozzato – que com o tempo a gente aprendeu a conviver e a se respeitar –, eu ouvi o Ramiro, a Nádia e a Lourdes, quando faziam suas intervenções, e eu quero dizer que nós não precisamos revogar essa lei. Concordo com o que o Ramiro disse aqui, nós precisamos é tirar esse monopólio, então nós podemos fazer uma atualização da lei, inverter e abrir esse monopólio. Agora, a Nádia disse “vamos dar desconto no ITBI”; não, desconto no ITBI nós temos de dar para quem compra, não para quem constrói. Se demora, não é culpa do artista, a culpa é da Prefeitura, onde vários governos estiveram. O nosso governo agora está tentando, o governo do Marchezan tentou, o governo do Fortunati tentou agilizar a liberação. Isso é um trâmite burocrático da estrutura, não adianta nós fazermos leis, nós já fizemos várias leis aqui e não conseguimos atualizar. Eu falei do desemprego, porque, atrás dessas esculturas que estão embelezando a nossa cidade, transformando a nossa cidade até em referência... Acho que essa discussão deve ter sido em mil e novecentos e por aí vai – eu estava tentando pesquisar, quando me chamaram –, quando botaram a escultura Laçador na entrada de Porto Alegre, e hoje é uma referência turística. Nós estamos vendo cidades brigando para botar monumentos e nós temos uma lei que vai gerar empregos, uma lei que vai empregar um monte de gente. Eu tive o privilégio de ver atelier no meio da favela! No meio da favela está lá o atelier, está lá o pessoal trabalhando com pedra, trabalhando com ferro, tem um polidor, tem um cortador, um lixador, o extrator, o cara que busca a pedra, tem o cara que transporta o ferro, tem o cara que dobra esse ferro, o modelador, tem o torneiro, soldador, tem uma série de atividades envolvendo e que estão por trás dessas obras de arte. Para quebrar o monopólio, como vocês estão dizendo, de cento e poucas pessoas, eu estou junto, eu concordo; até porque arte é criatividade. Então, nós temos que liberar a criatividade, até porque, daqui a pouco eu quero... Eu vou dar um exemplo para vocês de um artista que não deve estar incluído nesse processo, se forem no meu gabinete, vão ver três obras de arte dele, o Ver. Mauro Pinheiro passa seguido na frente da minha casa, vê duas, são obras de um artista de São Leopoldo que não podem botar em Porto Alegre, suas obras, que são maravilhosas, de ferro, de sucata de ferro. Convido os colegas a irem no meu gabinete e verem, mas ele não pode botar uma obra aqui, em

Porto Alegre, porque ele não é de Porto Alegre, ele é de São Leopoldo. Mas onde está a beleza? Quer dizer que, na frente da minha casa, não poderia ter as duas imagens que eu tenho, na frente da minha casa, porque ele não é de Porto Alegre, é de São Leopoldo. Concordo plenamente com vocês: nós temos de abrir esse mercado, mas não revogar a lei. Ninguém vai dar desconto, Ramiro, quando eu for comprar um apartamento, porque tiveram que botar uma pedra, lá na frente, com um aguinha girando na pedra; ninguém vai dar esse desconto. Agora, no futuro, falei isso na intervenção, quando a Ver.<sup>a</sup> Lourdes falava, as pessoas vão ver. Eu fui ver isso no Recanto dos Gaudérios, onde tem um atelier de uma pessoa que tem trabalhado com várias construtoras, com preços altamente acessíveis, e produz imagens até do meu tamanho – em altura e largura, até maior do que a minha! Gera uma quantidade imensa de emprego na periferia, lá na vila, lixando, buscando, ajudando. É uma necessidade; se nós não tivermos isso, não vai ter. E alguém tem de pagar, sempre é assim, alguém tem de pagar. As pessoas já se acostumaram a entrar num prédio e a dar referência “lá onde tem tal coisa, onde tem tal escultura”. Eu quero dizer para vocês que, para a questão do empreendedor e das licenças do empreendedor, esta Casa já tem se debruçado muito para agilizar isso. Realmente, a Comandante Nádia tem razão, é uma vergonha o tempo que se demora para liberar, não só para construir, o tempo que custa para fazer uma reforma, para abrir uma carrocinha de cachorro quente, para botar um *food truck* para vender hambúrguer e *chopp*, o tempo que leva. Isso nós temos que discutir, essa Casa vem discutindo, vem tentando aperfeiçoar, os governos vêm tentando aperfeiçoar. Para concluir, nós temos de pensar a cidade que nós queremos, e nós podemos ter uma cidade que não somente reverencie a Usina do Gasômetro, o Iberê Camargo e a estátua do gaúcho, do Laçador; ela pode reverenciar vários monumentos, várias obras de arte, não somente na frente dos prédios, acho que nós poderíamos até avançar na questão de outros tributos que poderiam nos ajudar para quem comprasse, adquirisse uma obra de arte e botasse na frente, não somente do prédio que está construindo, mas em prédios que já estão construídos, em condomínios, em casas, em empresas. Acho que cultura não tem preço e a cultura não pode estar presa, ela tem que ser aberta. Eu concordo com o que o Ramiro falou: não pode ser restritiva a alguns artistas, temos que abrir isso para vários outros artistas. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Sr. Presidente, Ver. Márcio Bins Ely, senhoras e senhores, esta sessão de hoje está calma, porque aqui nós temos projetos que não são ideológicos, Presidente, cada um dando o seu ponto de vista. Sobre esse projeto dos *shows*, o Ver. Camozzato mesmo disse que não tem interesse em votar. Então, acho que esse assunto está resolvido, não tem por que ficarmos discutindo. Outro projeto é o das artes nos edifícios, eu acho que tem alguma coisa, a reserva de mercado

não é boa para ninguém. Acho que não precisa revogar o projeto como um todo. Não! Acho que ali onde diz dos 108 inscritos: “e aqueles que vierem a se inscrever”. Por exemplo, lá em Nova Prata tem um artista que faz artes sobre pedra muito dura, é um grande artista nacional, ele não está inscrito aqui. Então, que se dê a oportunidade para os artistas de onde quer que sejam, que venham aqui em Porto Alegre se inscrever e façam as obras de arte. A reserva de mercado não é boa para ninguém, nem para os próprios artistas, que são os 108 – parece-me que são. Vamos preservar esses, e aqueles que porventura vieram a participar ou prestar o serviço, que é importante, de construir uma arte, de fazer uma arte ou de expor uma arte nos prédios. Eu, por exemplo, no meu prédio, que é mais antigo que a lei, sinto falta de um projeto importante lá na frente. Pode ser, acho que não tanto, Ver. Ramiro, mas, sabe-se lá, da Irmã Teresa de Calcutá, bem melhor do que nós, ou da Irmã Dulce, um desenho, uma estátua, alguma coisa. O artista saca algumas coisas que nós, que somos vereadores e que fazemos alguns projetos, não; eles sacam uma obra que fique bonita. Então, com esses assuntos que nós estamos discutindo hoje, eu fiquei feliz. Camozzato, tiveste a oportunidade de dizer: “Não, não quero votá-lo”. Isso foi em 2019 e, hoje em dia, mudou, Ver. Leonel. Hoje em dia mudou o pensamento do projeto, não vamos votar este projeto. Está resolvido. Sobre esse outro projeto, a Ver.<sup>a</sup> Nádia que me mostrou lá a reserva de mercado, eu acho que aí, sim, podemos construir alguma coisa que amplie o leque dos artistas. Amplie, que mais artistas possam participar: aqueles que já estão inscritos e aqueles que mostrarem as suas obras, que forem contratados para fazer uma obra numa construção que vai embelezar e vai valorizar, sim, senhor, a obra que tenha um artista assinando-na na entrada do edifício. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Gostaríamos de registrar e agradecer a presença do sempre vereador João Carlos Nedel. O Ver. José Freitas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP):** Boa tarde, colegas vereadores e público que nos assiste. Está em primeira sessão de discussão de pauta um projeto de minha autoria, o PLL nº 143/21, que altera a Lei nº 7.591, que hoje prevê duas cadeiras de rodas nos *shopping centers*. O meu projeto prevê aumentar o número de cadeiras de rodas. Eu fui procurado no meu gabinete por um grupo de pessoas com deficiência pedindo essa alteração. Por isso nós protocolamos, então, o PLL nº 143/21, ampliando o número de cadeiras de rodas em estabelecimentos comerciais, *shopping centers*, supermercados com mais de mil metros quadrados de área de loja, com exposição de venda de produtos. A queixa das pessoas com deficiência é a seguinte: muitas vezes, principalmente nos hipermercados ou nos grandes *shopping centers*, as pessoas com deficiência chegam e têm que ficar esperando. Como a lei prevê a obrigatoriedade só de duas cadeiras de rodas, então muitas vezes eles têm que ficar aguardando alguém liberar a cadeira. A proposta é ampliar para um mínimo de quatro cadeiras de rodas manuais.

As cadeiras de rodas referidas são destinadas a pessoas com deficiência, gestantes, idosos, obesos, pessoas com limitação temporária de locomoção, ou aquelas que circunstancialmente necessitem utilizá-las. A proposta é que os centros comerciais garantam acessibilidade da pessoa com deficiência a todas as suas dependências e serviços, tendo como referência as normas de acessibilidade vigentes. Então, a princípio era isso. Quando o projeto estiver pronto para votar, peço a compreensão de todos os colegas. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Muito obrigado, Presidente Márcio Bins Ely. Eu faço aqui uma compilação do que ouvi nos pronunciamentos, e algumas coisas são estarrecedoras. Por exemplo, o fato de que a legislação que nós estamos tratando foi chamada da tribuna de lei burra. Não é uma lei burra. Foi uma lei muito importante e é uma lei muito importante. Em segundo lugar, porque ela é de 1998. A Lei Áurea é de 1888, nem por isso será revogada. O Laçador é uma escultura bem antiga, nem por isso será derrubado. Nós temos que acrescentar em cima do que já temos, e não destruir simplesmente. O trabalho do Ver. Professor Garcia e o trabalho do Ver. Raul Carrion são trabalhos muito importantes que são úteis à cidade. O fato é que passa o tempo, mas a atualização se mantém. Outra coisa que me preocupa é essa comissão que se sente no direito de propor a revogação de leis, a todo instante. Duas coisas: primeiro, nós temos que rever os critérios dessa comissão e ver como outros vereadores podem participar disso; segundo, o estudo da comissão, em relação a algumas leis, é precário. Porque essa reserva de mercado, por exemplo, como foi dito, não é assim. Basta que se inscreva e acaba a reserva. Quem se inscrever vai poder ter o trabalho exposto. Então, há equívocos. Como é que a comissão quer revogar o que não estudou?

Por outro lado, o Ver. Jessé colocou da tribuna algo importante e nós temos que refletir sobre isso. Ele colocou bem, disse que era contra se passar para os empresários de transporte coletivo o valor de R\$ 16 milhões, que é superior a tudo o que foi investido contra a pandemia – está correto o vereador! Mas é importante pensar no que o governo municipal, no que o governo Melo investiu para combater a pandemia? Nada! A resposta é: nada! Não há investimento! O que veio foi da área federal e da área estadual. Não há nenhum investimento do governo Melo para combater a pandemia.

Há um outro dado também que chama bastante a atenção: é que nós nos reunimos e debatemos temas e, a todo momento, chegam denúncias. Eu recebi denúncias agora e vou examinar, porque eu não presenciei, vou examinar, vou ver o fundamento, se for o caso vou trazer ou não à tribuna, de mais uma violência, não sei como é que se chama agora, mas seria da antiga SMIC, fiscais da SMIC, com a Brigada

Militar, em violência contra camelôs que estão expondo, com toda a dificuldade, o Ver. Janta até fala nisso – sobre aqueles que têm que ir para a rua de qualquer jeito, são os camelôs, Ver. Janta.

Quando expõem, muitas vezes – nós sabemos disso, e aconteceu recentemente, pela denúncia que eu recebi, eu vou examinar –, há violência de parte de fiscais da SMIC e da Brigada Militar, apreendendo e quebrando mercadorias. Aliás, eu quero, aqui, fazer justiça a uma pessoa que é vereador conosco, o Ver. Idenir Cecchim. Quando o Ver. Idenir Cecchim era secretário municipal de Indústria e Comércio, não havia essa violência. Eu era vereador. Não havia, não quebravam os materiais dos camelôs. Quando apreendiam, em algum momento eram devolvidos. Eu fui na SMIC e vi a devolução. Quero cumprimentar o Ver. Idenir Cecchim. No seu tempo não era assim, vereador. Depois de lá foi assim. E, pela denúncia recebida, continua assim. Um desrespeito absoluto com trabalhadoras, com trabalhadores, que, se não têm aquilo para vender, não têm o que comer.

Falaram há pouco, da tribuna, em dar uma compensação para os empreiteiros? Mas sempre há uma compensação, um desconto? Ninguém fala em compensação, em desconto para quem tem que comprar cesta básica! Esses aí precisam de compensação, de desconto! “Ah, o empreiteiro precisa de desconto...” Não precisa de desconto nenhum, o empreiteiro! Quem precisa de desconto é quem precisa comprar cesta básica, quem tem que se alimentar, quem não tem onde morar! Quem precisa pagar o aluguel e já não tem mais salário! As preocupações são sempre as mesmas: é beneficiar quem já tem muito, via de regra empreiteiros ou grandes empresários! Ora, essa, sim, essa cidade de privilégios não é a que nós queremos! Essa Porto Alegre é a que tem que ser revogada. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**Vereadora Comandante Nádia (DEM) (Requerimento):** Presidente, por favor, eu gostaria que fosse retirada das notas taquigráficas a minha fala de “projeto burro”. Porque, de nenhuma forma, eu gostaria, aqui, de fazer menção a algum vereador que passou ou que está aqui. Tenho o maior respeito por todos os vereadores, mesmo por aqueles que têm ideologias diferentes da minha. Então, por favor, eu gostaria que retirassem das notas taquigráficas. Muito obrigada.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Quero cumprimentar a Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia pelo seu gesto importante. Obrigado.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Passamos à

**PAUTA ESPECIAL - DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/10 minutos/com aparte)**

## 1ª SESSÃO

**PROC. Nº 0556/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 009/21**, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2022 a 2025. (SEI 118.00163/2021-07)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em discussão o PLE nº 009/21, o Plano Plurianual. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Povo de Porto Alegre, é com muita satisfação que eu venho até esta tribuna para debater o planejamento desta cidade. Melhor dizendo, o planejamento da Prefeitura no que concerne às suas responsabilidades constitucionais com a administração do erário de Porto Alegre. Quer dizer, como vai se organizar o dinheiro da Prefeitura e para quem, durante quatro anos; qual é o planejamento que Sebastião Melo, Ricardo Gomes e seus correligionários, apoiadores estão colocando para um povo tão sofrido, que carece de uma política de habitação condizente com mais de 800 comunidades com problemas de regularização fundiária, para uma zona, como o Extremo-Sul, com uma ausência total – total! – de uma política real de garantia do saneamento. Todo verão falta água no Lami, no Belém Novo – onde tem a estação de tratamento de água! –, na Hípica, na Restinga. Não vou nem falar na Lomba do Pinheiro – lá é crônico o problema, não nem precisa esperar o verão. O que propõem para solucionar isso? Propõem parcerias público-privadas! Está aqui no planejamento. É lamentável! Lamentável que não olhem para os exemplos de sucesso dessa Prefeitura, quando servidores públicos, mesmo com poucos recursos, garantem o saneamento em Porto Alegre. Estou falando do DMAE. Estou falando do DMAE, que está desvalorizado! E mais do que isso: o dinheiro está parado no caixa do DMAE, desde a gestão do Marchezan! Dinheiro parado é prejuízo para a população! O dinheiro do povo deve ser aplicado, deve ser reinvestido em novas vias, em novos encanamentos, na extensão das redes. E o que a gente vê? O governo segurando dinheiro! Segurando dinheiro para que ele só cresça! O departamento não tem que ter lucro! Aí eu me questiono: por que é que guardam esse dinheiro do DMAE? Porque pretendem vender o DMAE e entregar com dinheiro em caixa? É importante que o governo responda isso. O que quer com dinheiro guardado dentro da Procempa, que nós temos visto? E não propõe, minimamente, a qualificação do serviço, via pagar o que o governo anterior deve aos trabalhadores que estão em greve há muitos dias – mais de 15 dias. Os secretários têm reclamado da greve, mas o governo não quer resolver, não quer pagar o que deve, o reajuste salarial: não estou falando em aumento, estou falando na Procempa, que tem dinheiro em caixa e que, ao invés de pagar o reajuste salarial para os trabalhadores, manda dinheiro para a União. É lamentável!

Quero dizer mais, aqui diz o seguinte, a proposta do Sebastião: “garantir a liberdade econômica promovendo a desburocratização e fortalecendo as bases tecnológicas”. Como fortalece as bases tecnológicas se está com uma corda no pescoço da Procempa, que é o principal órgão que produz para nós tecnologias. Os secretários,

esses que estão sentados em cima do dinheiro, deveriam encomendar pacotes tecnológicos para melhorar a mobilidade urbana, para melhorar a segurança pública que está muito mal. Quero mandar aqui um alô: Secretário Ikeda, vamos trabalhar pela segurança, está na hora, já faz quase seis meses e até agora não vi nenhum programa! O Plurianual está aqui, as intenções, não vi nada aqui. Cadê a reposição da Guarda Municipal? Não tem quase mais guardas no Município! E valorizá-los! Quero ver falar em valorização, porque agora estou vendo é a previdência, querer tirar o direito à aposentadoria dos guardas. Mais do que isso, aqui no Plano Plurianual está colocada a intenção de “preservar a vida das pessoas, priorizando os aspectos de cuidado e bem-estar, promovendo fluidez viária, proporcionando aos usuários deslocamentos mais seguros, favorecendo suas atividades sociais e econômicas por meio de obras de infraestrutura, pavimentação e ações que priorizem o transporte coletivo ao individual”. Esta Prefeitura não está priorizando o transporte coletivo, está caótico o transporte coletivo, ela está entregando R\$ 16 milhões sem pedir nada em troca aos empresários desta cidade. Há quanto tempo esses tubarões do transporte levam o nosso dinheiro? Ganham do governo Marchezan, de mão beijada, o fim da isenção de 60 a 65 anos de idade, e até agora não vi nenhum projeto do governo Melo aqui nesta Casa para revogar esta indecência que é não deixar os idosos de 60 a 65 anos circularem na cidade com transporte gratuito. A segunda passagem, nem se fala! Então aquilo tudo que o Melo dizia que participou, que ele falava que com o Fortunati participou dos avanços, ele não quer trazer os avanços de volta, ele quer manter a Prefeitura caótica, destruída, do governo Marchezan. Hoje de manhã até vi o Marchezan entrando no Piratini, cabisbaixo, meio escondido numa manta, máscara... Parece que ele não quer sair a público, de tanta coisa errada que fez neste Município. Por que as pessoas acham que enxergam ele e ainda gritam “fora Marchezan”, porque continua, Presidente Bins Ely, a mesma toada dentro do Paço, a mesma toada privatista e entreguista. Só recebem empresários!

Ouvi aqui anteriormente o Ramiro falar em ITBI e tal, e acho que o senhor Ramiro, de tanto empreendedorismo que ele fala, vai abrir uma loja, um berçário para os empresários de Porto Alegre, onde ele vai receber os empresários, vai servir refeições, vai cuidar deles, porque eles estão tão mal que precisam desse cuidado. E o prefeito Melo está seguindo nesta mesma linha, recebe empresários e não recebe a cidadania. Quando eu falo em receber, prefeito, em Plano Plurianual, é incluir na ordem do dia os que passam fome, os que estão desempregados, os que não têm escola: Mais de cinco mil crianças fora da educação infantil precisando de vagas, e aqui está colocando o quê? Nada! Nada! A educação já não é mais prioridade para eles, eles falam agora em *homeschooling*, desescolarização. Essa é a tradução! “Não precisa investir em escola”. Precisa, sim! Tem que investir, escola é lugar de cuidado e aprendizagem, não existe cidadania se não passar por um banco escolar e construir conhecimento, construir socialização, construir humanidade. Mas eles vão junto com o *homeschooling*, porque aí eles não precisam se preocupar, daqui a um pouquinho, em garantir até os mínimos constitucionais. Aqui no Plano Plurianual fala em respeitar isso, mas nós sabemos como eles desrespeitam, e nada acontece para os colarinhos brancos

do Brasil, nada acontece. Eu quero crer que a cidadania tem, aos poucos, dado um basta ao autoritarismo. Eu quero saber se o governo vai chamar reuniões do Orçamento Participativo para debater quatro anos, 2022 a 2025; vai chamar ou não? Vai sentar para conversar com as comunidades ou não? Ou só os vereadores da base do governo é que vão dizer, que vão cantar a pedra na Prefeitura, vão dizer para onde vai o dinheiro? Vai continuar assim ou vai respeitar de fato a cidade, sua democracia, sua história de participação. Não adianta dizer que dialoga, que constrói quando está aqui, olha só o que está aqui, eu anotei para dizer: “garantir os equilíbrios fiscal e previdenciário por meio da efetividade no uso dos recursos públicos”. Estão falando inverdades sobre a previdência, estão indo contra o que escrevem. A previdência é superavitária, não tem déficit fiscal nem atuarial, não tem estudo, estão aqui agora com o projeto da lei complementar querendo mudar a alíquota, sem estudo. O procurador mesmo botou um parecer dizendo “olha, o direito administrativo vai pegar os do colarinho branco pelo cangote”. É isso que vai acontecer se votarem a favor da lei complementar; além de perder tempo desta Casa, estarão indo contra o que escreveram no Plano Plurianual, porque não comprovam déficit. A palavra empenhada deveria ter valor, um documento escrito pelo governo é palavra empenhada para mim, mas para o governo parece que não é, é só mais um documento da chamada burocracia institucional do Estado municipal. Eu lamento que nós tenhamos tomado esse curso e este ritmo na consecução das políticas públicas de Porto Alegre, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra.

**Vereador Idenir Cecchim (MDB):** Presidente, só para compensar os dois minutos que o Ver. Jonas falou a mais e dizer a ele que tem que fazer um cursinho de interpretação de textos, porque ele não está sabendo ler o que está no Plano Plurianual. Ele tem que aprender interpretação de texto para depois contestar.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Obrigado, Sr. Presidente, senhoras e senhores, colegas vereadores, falar do Plano Plurianual, dizer que são necessárias políticas públicas e não querer fazer algumas reformas estruturantes fica fácil.

O Ver. Jonas fala que a previdência do Município tem superávit, que a previdência do Município não tem que ter nenhum aporte, que a previdência do Município tem dinheiro suficiente. Por que, então, o governo tem que depositar dinheiro na conta do Previmpa? Isso ninguém fala. Volto a perguntar: por que o governo tem que depositar milhões na conta do Previmpa? Porque o Previmpa, quando foi construído,

deixou dívida para trás, e aí fica fácil, muito fácil, deixar a dívida para trás. Então, se não precisa de dinheiro, por que pegar o dinheiro do Município? É simples, recebe só o desconto obrigatório que faz, repassa para o Previmpa, paga sua parte patronal e ponto. Agora, não, tem que fazer aportes mensalmente. Então acho que não pode ficar omitindo a verdade.

Aí não fala no que está acontecendo na cidade de Porto Alegre. E o que está acontecendo na nossa cidade? Uma chantagem da ATP! Uma chantagem que a ATP vem fazendo neste momento em que se trata do Plano Plurianual, que está em discussão, que é permitido emendas, que é permitido que se reveja esse plano; a ATP quer botar a passagem a R\$ 5,20 e a ATP quer dinheiro público. Eu não entendo como é isso! Eu tenho uma empresa, o Ver. Cecchim tem a sua empresa de pedras, a sua esposa tem uma confecção, e aí, na hora que ele for vender, ele vai dizer para os caras o seguinte: “O preço da pedra é tanto, mas aí tem que me pagar a previdência dos meus funcionários, tem que me repor o imposto de renda que vou ter que pagar sobre essa venda, e vou incluir mais 3% de margem de capital de giro para a próxima pedra que eu for vender”. O que é isso, gente? É isso que a ATP faz em Porto Alegre. É isso, e não abre essa planilha! Eu estou com dois pedidos de alteração à Lei Orgânica para mudar esse conjunto, que é o Conselho Municipal de Transportes, que analisa o valor das passagens e ninguém sabe como eles conseguem analisar o valor das passagens, porque vem tudo já mastigado, não vem os livros, não vem nada.

Eu acho que antes de se pensar em tirar qualquer recurso público para o sistema de transporte, tem que ter uma auditoria, e, se quer dinheiro público, tem que abrir para o público o custo real. Falo isso com muita propriedade, porque eu já vi e fui pesquisar várias cidades do Brasil, e a planilha não é como a nossa aqui, vários itens que estão na nossa planilha, no nosso custo, em outras cidades não aparecem, e cidades que reajustaram a passagem em 2019, antes até do nosso reajuste. Nenhuma delas está pedindo a tarifa de R\$ 5,20. A ATP gosta de explorar o povo trabalhador de Porto Alegre. Agora a saída não é botar a recurso público, mesmo! A saída não é tirar dinheiro do saneamento, a saída não é tirar o dinheiro da infraestrutura, não é tirar dinheiro da educação, não é tirar dinheiro da saúde, a saída é se rever isso – e é não é fazer pedágio no centro de Porto Alegre. Agora nós podemos discutir algumas coisas: por que esses estacionamentos são tão caros e onde vai tanto dinheiro? Muitos deles são localizados em prédios e pátios públicos. Por que esse dinheiro não começa a ir para o caixa da Prefeitura, não para financiar esse sistema, mas para comprar passagem para dar para as pessoas que necessitam dessa passagem? Por que as áreas azuis na cidade de Porto Alegre não têm uma parte dessa área azul, se não for toda, destinada a custear o sistema de transporte? Por quê? Por que os carros-fortes, caminhões que fazem carga e descarga nas nossas ruas, destruindo nossas calçadas e nossos asfaltos, prejudicando o trânsito e a vida das pessoas não tem uma taxa para subsidiar a compra de passagens? Não para dar o dinheiro na mão da ATP – pelo amor de Deus! –, isso não existe em lugar nenhum do mundo: dinheiro público custear uma empresa privada. “Ah! Mas o transporte é de extrema necessidade para a população de Porto Alegre.” É? O lixo também é, e se paga taxa de lixo; a água também é, e se paga conta da água; se paga

taxa de esgoto; a energia também é, e se paga a conta de luz. Agora querem que o Município pague as empresas de ônibus que visam lucro. Vou falar aqui, já bati demais na tecla: ninguém fica administrando uma empresa que não dá lucro, ninguém, nem um botequim lá da vila, nem um supermercado. Não é à toa que a gente está vendo aí as redes de supermercado indo embora. O Walmart, por exemplo, quando chegou aqui, “Ah! o Walmart!” Foi embora, picou a mula, porque não está dando dinheiro; agora, o Big vendeu uma parte das suas lojas todas, principalmente as grandes, para o Carrefour, porque não está dando dinheiro. Aí tem que ter alguém com muito mais grana para suportar isso. E aí vai, nós vimos várias empresas em Porto Alegre fechar. E quem gera emprego e ficou fechado, mais de um ano na pandemia? E os transportadores escolares, que ficaram mais de um ano e pouco sem trabalhar? O que é isso, gente? O sistema está falido, não pode um ônibus, que carrega 50, 70, 100 pessoas, estar entrando na periferia de Porto Alegre, isso pode ser feito pelas lotações, isso pode ser feito por um transporte menor. Eu não estou inventando a roda, isso acontece em algumas cidades. Que absurdo é esse? Acontece em algumas cidades, se tu vais em Florianópolis, tem isso. O projeto mais inteligente que chegou até hoje, nesta cidade, nas questões de transporte, foi barrado, não se sabe o porquê, não evoluiu, que eram os portais da cidade. Não precisa essa montoeira de ônibus. Como é que a ATP não permite que um ônibus que venha de Alvorada pegue passageiro na Assis Brasil; como é que a ATP não permite que um ônibus que venha de Cachoeirinha, de Gravataí, batendo banco, pegue um passageiro na Assis Brasil? Ou que venha de Canoas e pegue um passageiro? Não, é um monopólio deles. Qualquer um quer isso, qualquer um quer, porque eles não largam o osso, gente. São as mesmas famílias no sistema de transporte, há décadas, desde a antiga Sentinela, a antiga VAP, a antiga Nortran, é outro nome agora, a Sopal, que continua com o nome de origem – São José do Murialdo, Navegantes. Essas empresas eram empresas individuais, e hoje os quatro consórcios de Porto Alegre são compostos por essas famílias, só mudou o nome. Aí querem que o povo contribua com o sistema de transporte. Querem que aquele cidadão lá, que tem seus empregados, lá no Rubem Berta, no Leopoldina, na Vila Farrapos, na Restinga, na Lomba do Pinheiro, pague sobre os salários dos seus empregados um *plus* para o sistema de transporte que não é da Prefeitura. Vai para o bolso deles, é isso que as senhoras e os senhores têm que entender, não vai lá para a Prefeitura, para comprar passagem. A nossa proposta é que comprem passagens e deem; que vão lá e peguem as passagens. Não abrem tudo isso! A pessoa perde um cartão Tri e esse dinheiro vai embora, vai embora. Quantas pessoas perderam o Tri, quantas pessoas morreram, quantas pessoas deixaram de usar o sistema de transporte em Porto Alegre, que é comprado antecipadamente? Giram esse dinheiro e querem tirar do povo de Porto Alegre. Por favor, não tem que jogar a população contra a Prefeitura de Porto Alegre, contra esta Casa.

Eu quero falar aqui para os meus colegas, olhando no olho de cada um: nós podemos muito bem votar aqui, nesta Casa, leis que mudam a vida do povo de Porto Alegre, leis importantes, nós votamos o Plano Plurianual, votamos a LOA, alteramos a Lei Orgânica do Município, e por que esta Casa continua se furtando nesta questão do transporte: Por quê? Por que esta Casa joga tudo no colo de um conselho que não

representa a população de Porto Alegre, em que esta Casa não está presente, nenhuma das Comissões desta Casa, nenhuma entidade que usa o sistema de transporte? Uma ou duas só, são completamente a minoria. Então, para refletir, eu acho que está na hora de o prefeito de Porto Alegre mandar essa questão do transporte, compartilhar com esta Casa. Se nós podemos votar muita coisa na cidade de Porto Alegre, nós podemos votar uma coisa que ajuda, beneficia e tem o interesse do povo, que é a passagem de ônibus. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação do Líder.

**VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL):** Senhoras e senhores, colegas vereadores, boa tarde a todos, quero falar um tema que é importante, que é a regularização fundiária.

Neste fim de semana, eu estava com o Ver. Pablo Melo e com outros colegas vereadores no Humaitá, onde nós conseguimos entregar 90 títulos de propriedade aos moradores do Humaitá. Quero deixar registrado para vocês que não é fácil regularizar um imóvel. São vários alvarás, vários estudos, e 90 famílias foram contempladas por seus respectivos títulos de propriedade dos seus imóveis lá no Humaitá. É um brilhante trabalho que vem sendo realizado pelo nosso secretário André Machado, da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, juntamente com o prefeito Melo e toda a sua equipe, que fizeram a entrega desses registros. Vou passar alguns dados para vocês: ainda há cerca de 800 lotes de escrituras para serem entregues só no Humaitá. Acumulado com isso, quero ressaltar também para vocês que mais de 500 famílias da Parada 15, da Lomba do Pinheiro, também estão em processo de regularização fundiária. É fato que essas famílias já moram no local, e eles querem pagar tributos, querem pagar sua luz, sua água e seu IPTU. Eles buscam dignidade. Além disso, a regularização fundiária, o título de propriedade aumenta em, pelo menos, 20% a valorização de cada imóvel. Então, em nome não só da bancada do PSL, mas dos 36 vereadores, nós queremos parabenizar o excelente trabalho do secretário André Machado e o prefeito Melo estão fazendo na cidade, principalmente nesse aspecto, que é a regularização desse tipo de imóveis. É um trabalho muito difícil, é um trabalho de formiguinha, mas que está sendo feito. Então, parabéns, podem contar conosco, e que esse feito possa ser repetido para mais dezenas, centenas de pessoas que estão buscando, sim, a sua respectiva dignidade.

Outro tema que quero tratar aqui, mas deixei para esse segundo momento, é sobre o entorno da rodoviária: muitos carros estão sofrendo apedrejamento, atentados contra a vida das pessoas. Estão deixando pregos virados para cima estourando possibilidade pneus, estão tocando pedras. Então nós já estamos oficiando à Guarda Municipal, à Secretaria Municipal de Segurança, à própria Secretaria Estadual de Segurança, para que tomem providências. Aquela zona da rodoviária é uma zona muito

complexa, uma zona em situação de vulnerabilidade. Já saiu nos meios de comunicação, uma senhora foi assassinada por um paralelepípedo no Dia dos Namorados. Ela ia jantar com seu esposo, estava preparada uma mesa com o nome do casal, no dia 12 de junho, e ela foi assassinada, foi morta por um paralelepípedo, alguém jogou uma pedra, de cima do viaduto, que caiu na cabeça dessa senhora. Ela morreu, deixou para trás uma família. É um alerta muito grande para todos nós, porque outras pessoas também sofreram o mesmo tipo de atentado. Nesta madrugada, novamente, está rolando um vídeo de um Uber, estão praticando esse atentado contra os veículos ali. Nós, que representamos o povo de Porto Alegre, aqui na Câmara de Vereadores, temos que tomar providências. A nossa função não é, simplesmente, aqui propor projetos de lei, mas fiscalizar os órgãos do Município e ajudar na colaboração dos serviços que são prestados. Então fiquem alertas, essa zona complexa, essa zona carente de alta vulnerabilidade precisa, sim, da nossa atenção. Tomara que mais nenhuma família perca uma vida em virtude desses tijolaços, desses apedrejamentos que estão acontecendo em busca de furtar, de roubar o patrimônio alheio. Fica o recado aqui aos meus colegas vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

**VEREADOR LOURDES SPRENGER (MDB):** Vêm à discussão preliminar dois projetos de nossa autoria, que tratam de algo complementar que vai servir para melhor análise, melhor aplicação da lei sobre o que é o rol de maus tratos aos animais. Hoje, nós temos, criadas pelo Estado, as Delegacias de Polícia Amigas dos Animais, que são aquelas que atenderam diversas denúncias, abriram inquérito, e muitas tomaram providências mais enérgicas ao rigor da lei. Então nós estamos apresentando um rol de maus tratos, complementar à Lei nº 694, com base nos estudos do Conselho Federal de Medicina Veterinária. Nós estamos incluindo, para facilitar a todos que forem utilizar a fiscalização e também facilitar as delegacias, que, para muitos, essa é uma atividade nova. Muitas vezes, pode parecer que não são maus tratos, mas, ao rigor da verificação pelos médicos veterinários, são maus tratos. Com grande satisfação trabalhamos nesse projeto que está hoje em 1ª sessão de Pauta.

Também há outro projeto, que já deveria ter passado, mas foi necessário fazer uma emenda, que é para os profissionais da saúde. Eu fui procurada pela entidade dos profissionais de educação física, há bastante tempo, bem no auge da pandemia. Desejo que ele tenha uma boa avaliação das Comissões, eu poderia usar o art. 81, e não usarei.

Quero aproveitar esse meu período também para fazer umas correções, eu vejo que a pauta é bater no governo Melo. Gente, vamos olhar o que está sendo feito, vamos olhar como foi que o governo recebeu o Município. Eu quero fazer uma explicação aqui para o Ver. Jonas, jovem, ativista, sobre o OP. Acompanhei muito o OP, eu acho que desde de 2000. Quando houve a troca de governo, tinha muitas

pendências, muitas! As pessoas iam às plenárias com esperança de que ia sair a sua reivindicação, e não saía. Eram tantas pendências, eu lembro, isso era no governo Fogaça, ele fez – ou foi o falecido Busatto, ou alguém –, em uma reunião entre secretários, essa descrição: de que eram tantas pendências... Não dá também sair elogiando tudo e culpando agora o governo que está chegando, que ele tem que atuar. Tem que atuar e vai atuar, porque esse é o perfil desse novo governo, que nós fazemos parte da base, ele vai modificar.

Quero concordar com o Ver. Ramiro, sobre as pichações. Eu tenho horror à pichação! Eu acho que tinha que atuar imediatamente sobre o pichador. Já tem uma lei, acho que é da Ver.<sup>a</sup> Mônica. A pessoa pinta seu prédio, ou arrumam uma elevada – aqui no Menino Deus, uma tinha até uma tinta especial que o DMLU usou –, e vão lá, escrevem: “Fora esse...” ou “Fora aquele...!” Isso não é educação, essa rebeldia pode ser expressada de outra forma, em uma manifestação pacífica, com cartazes, e não ficar danificando os prédios, como foi o caso também da Prefeitura e do Theatro São Pedro. Concordo com isso.

O Ver. Ramiro não estava quando eu falei da lei, e falei interpretando a lei nº 10.036, não falei de improviso, li esta lei. Não posso deixar passar “os artistas são monopólio”; não! Tem que saber a rotina interna, isso não expressa a realidade. O cadastro do artista – tenho essa informação de agora à tarde – sai na hora, para qualquer artista do Brasil e do mundo. É uma foto do trabalho artístico e uma ficha com todos os dados, que é preenchida, certamente. Quero dizer que não é bem assim, o construtor é livre para escolher qualquer artista, o construtor é livre para escolher o tamanho, escolher o valor, e não existem impedimentos para inscrição de artistas, não existem! Se alguém me provar o contrário, eu vou mudar de opinião, mas essas são as informações que eu tenho.

Também quero dizer que temos obras doadas pelos artistas, e que – repetindo, vou ter que repetir, para que fique bem gravado aqui na minha fala – nós temos, por opção do empreendedor, obras: do uruguaio Gustavo Nakle, na Rua 24 de Outubro; de Bez Batti, na Rua Luciana de Abreu; da carioca Nelly Gutmacher, na Av. Ipiranga; de Carlos Vergara, artista radicado em São Paulo, na Av. Praia de Belas; do brasileiro Túlio Pinto, na Av. Nilo Peçanha; esses são alguns exemplos. Então, é uma má informação, e isso não quer dizer que concordamos ou discordamos do discurso de A ou B, eu estou trazendo as informações que eu considero exatas, para que fique bem claro e para que nós possamos ter outros artistas inscritos – por que não? –, se já há todos esses exemplos, se já há doação de obras de artistas, qual é o problema? Se alguém passou essa informação de que o construtor está obrigado, não está correta. Também quero ler aqui, antes de encerrar minha fala, pois há outros assuntos, o que diz o art. 2º da lei (Lê.): “A obra de arte de que trata esta Lei será executada por artista plástico cadastrado nos termos desta Lei, com a chancela do autor do projeto arquitetônico, devendo ser compatível com a edificação [Claro, se ele vai escolher; eu posso apresentar uma obra e não achar compatível com o empreendimento.], não podendo ser executada em material facilmente perecível”. Dito isto, se fez os devidos esclarecimentos, sem problema algum, reconheço a Ver. Nádia ter retirado a palavra

“lei burra”, afinal é uma lei que foi sancionada por um ex-senador, ex-prefeito, o Fogaça, que foi meu professor e que sou seguidora; me senti ofendida, mas como foi retirada a expressão, elogio a vereadora, pois, às vezes, numa fala, podemos nos exceder. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Obrigada, Presidente. Serei bem rápida para que consigamos votar hoje ainda, pois já estamos no final da tarde, e me deixa um tanto quanto preocupada que tenhamos passado muito tempo discutindo, debatendo, são embates, e os projetos que estão para ser votados, nós não conseguimos, devido às falas.

Eu queria cumprimentar o Ver. Claudio Janta por um projeto que ele tem, um tema que sempre me preocupou muito, que é a questão das farmácias: Farmácia Distrital com horário de atendimento até 22h. Nós sabemos que as pessoas trabalham até tarde, é necessário, sim, que tenhamos a disposição uma farmácia aberta até mais tarde. Essa questão que chega à Casa, do Plano Plurianual, sempre nos envolve muito e, como eu digo no meu gabinete, nós precisamos de assessoramento técnico, grandes debates, para que possamos nos manifestar de acordo com aquilo que tanto o Executivo como a cidade precisam, ainda mais em tempo de pandemia.

Uma outra questão que eu quero falar é: parabéns, Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, que requer que seja encaminhada a moção de solidariedade em apoio ao projeto de lei que dispõe sobre o piso salarial do profissional farmacêutico. Outro importante projeto, principalmente nesta época de pandemia, em que nós passamos a conhecer mais esses profissionais que ficavam no anonimato, mas hoje, frequentando as farmácias, eu vejo como eles são importantes.

Não poderia deixar de esclarecer a questão do projeto das esculturas. Para os senhores e as senhoras terem uma ideia, querido Presidente, eu não sabia quem era o autor deste projeto, confundi, achei que era do Ver. Garcia, para vocês verem como as minhas ações não são, em momento algum, direcionadas por siglas partidárias ou ideologias políticas. Para mim, se o projeto é importante para Porto Alegre, para os porto-alegrenses, eu saio na defesa ou saio contra, e eu fui surpreendida, achei que era do querido Ver. Garcia, e não era; é do Raul Carrion, que foi meu colega e do meu pai. O projeto, para mim, é tão importante quanto se fosse de qualquer um – direita ou esquerda, não me interessa. Eu fui secretária da Cultura do Estado e quero dizer para aqueles que subiram nesta tribuna e que falaram em monopólio: não tem clubinho, não tem preferido, isso é um absurdo, só quem não conhece a cultura pode dizer isso! Não existe a menor possibilidade, o cadastro é aberto, pode o artista se inscrever, ele pode ser de São Paulo, Curitiba, Rio de Janeiro, cidades do interior, basta que ele apresente seu currículo, que é analisado pela Secretaria da Cultura, existe uma equipe, uma pessoa

responsável para a análise técnica, com experiência, então não tem reserva de mercado! Eu fiquei pasma, eu comandeí a cultura do Rio Grande do Sul durante quatro anos, eu entrei na cultura, que é um espaço muito de esquerda, fiz um trabalho de gestão, e posso dizer para os senhores e para as senhoras que não tem a menor possibilidade de haver reserva de mercado. Surpreendo-me, porque, realmente, a lei que nós precisamos trazer para esta tribuna agora é a de 7 de agosto de 2006. Vejam bem (Lê.): “Toda edificação com área adensável igual ou superior a 2.000m<sup>2</sup> (dois mil metros quadrados) que vier a ser construída no Município de Porto Alegre deverá conter, em local de visibilidade à população, obra de arte original, executada em escultura, vitral, pintura, mural, relevo escultórico ou outra forma de manifestação de artes plásticas (...)” Este é o art. 1º; agora vou para o art. 2º (Lê.): “A obra de arte de que trata esta Lei será executada [vejam bem] por artista plástico cadastrado nos termos desta Lei, com a chancela do autor do projeto arquitetônico, [Ou seja, o autor do projeto arquitetônico de uma obra; então o construtor e o arquiteto têm que estar de acordo.] , devendo ser compatível com a edificação e a ela integrar-se, não podendo ser executada em material facilmente perecível. (...) Art. 3º Para os fins desta Lei, o Poder Executivo Municipal manterá um cadastro dos artistas plásticos interessados, aberto a consultas pelo público, contendo o currículo dos artistas, sua experiência, principais exposições de que tenham participado e descrição de obras eventualmente constantes em acervos particulares ou em museus [prestem atenção] nacionais e estrangeiros”. Não é qualquer coisa! Sabem quem chancelou esta lei, quem assinou esta lei? José Fogaça, MDB, ex-senador, prefeito por duas vezes, uma pessoa entendida em cultura, então, sinceramente, extinguir, não! Se quiserem conversar para aprimorar, eu converso; agora, eu vou trabalhar para não extinguir. Projetos culturais que despertem vocações, que valorizem nossos artistas, são muito importantes, e falo isso com conhecimento.

Sobre as leis da pichação – aproveitando que o Presidente ainda não me cobrou o tempo –, eu quero dizer que fui atora de todas elas, desde que me tornei vereadora, porque pichação é crime, é destruir a cultura, a memória da nossa cidade, da capital dos gaúchos; quem picha não tem o sentimento de pertencimento da sua cidade, e isso precisa ser fortemente fiscalizado e punido. Eu também sou autora do projeto do Disque Pichação, um indicativo para o governo Fogaça, em que as pessoas, ao identificar um pichador, imediatamente telefonam e fazem a denúncia, pois esse pichador é um criminoso, um vândalo, e porque também é crime ambiental. Além de pagar uma multa que pode ir até R\$ 10 mil, ele é obrigado, se for um patrimônio cultural, a contratar uma pessoa tecnicamente preparada, um restaurador, para limpar, para entregar tal qual encontrou o monumento; se for um prédio privado, essa pessoa vai limpar ou pagar alguém para limpar e também será multada.

Sobre essa questão da cultura da nossa cidade, do nosso Estado, eu quero dizer que me sinto muito à vontade, muito segura para debater com quem quiser, conversei com vários artistas, me reuni com eles na semana passada, fizemos uma reunião *on-line* com muitos artistas, escultores, e eles não querem, de forma alguma, a extinção desta lei, pelo contrário. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Reginete Bispo está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

**VEREADORA REGINETE BISPO (PT):** Boa tarde colegas vereadores e vereadoras, público que nos acompanha pela TVCâmara e outros canais; boa tarde Presidente Márcio Bins Ely; me inscrevi para falar daquele que é o projeto mais importante que vem para esta Casa, o PPA. Para quem nos assiste e não conhece esses termos técnicos, é o Plano Plurianual, que é o projeto que vai tratar da gestão municipal para os próximos quatro anos. Ele tem um plano de ação, ele vai dizer onde ele vai investir, como vai planejar a cidade, quem vai executar, de onde vão sair os recursos. Então é um projeto que precisa ser amplamente debatido, como deverá ser, que é o que diz a legislação; mas também porque tem que pesar e honrar a tradição desta cidade da participação popular, de o povo discutir – Porto Alegre é a cidade do Orçamento Participativo. Então eu acredito que esse Plano Plurianual, dada tamanha crise que o Brasil e a nossa cidade vivem, deverá ser amplamente debatido.

Também queria dizer que esse plano vem num contexto de tragédia. No sábado, infelizmente, nós tivemos o triste número de 500 mil mortos no Brasil pela Covid-19 e 30 mil mortos aqui no Rio Grande do Sul. O que isso tem a ver com o Plano Plurianual? Tem tudo a ver, porque, para enfrentar isso, o planejamento do Município tem que estar muito bem estruturado, porque nós queremos que, nesse Plano Plurianual, diferentemente do plano anterior, que estamos executando agora, o governo diga quanto nós vamos investir no enfrentamento ao racismo. E aí vão dizer: "Ah, lá vêm as vereadoras com mimimi". Enfrentamento ao racismo, por exemplo, é dizer que geração de trabalho e renda o Município vai proporcionar para a juventude da periferia; que trabalho e renda o Município vai garantir para as mulheres que perderam os seus empregos, especialmente as mulheres negras. O Plano Plurianual tem que dizer quanto vai investir para enfrentar o feminicídio, a morte contra as mulheres; ele tem que dizer quanto vai investir nos próximos quatro anos para garantir um transporte público bom e de qualidade para a população. Aqui, dizem: "Eu sou usuário do transporte público". Eu sou usuária do transporte público porque eu defendo o transporte público como um direito fundamental das pessoas, mas também como uma estratégia de preservação e conservação do meio ambiente. Então o transporte público vai muito além de transportar pessoas, é a relação que a gente vai ter com a cidade, com o meio ambiente.

Também o Plano Plurianual precisa dizer como vai trabalhar com o SUS. Nós vivemos uma crise aqui na nossa cidade, porque parte do serviço básico, da assistência básica está nas parcerias público-privadas, o que já foi determinado como inconstitucional. Então tem que dizer como é que vão resolver isso.

Eu fui, há dois finais de semana, fazer a minha vacina, a primeira dose contra a Covid-19. Eu moro próximo à PUCRS. Cheguei na PUCRS, obviamente, como sou usuária de transporte público, a pé, mas era só *drive-thru* no sábado. Aí, a profissional que me atendeu disse assim: "A senhora tem que ir lá no Extremo-Sul ou na Av. Assis Brasil". Eu questioneei, obviamente. A PUCRS fica entre a Av. Bento Gonçalves e a Av. Ipiranga, mas, ao redor da PUCRS, no Partenon, tem cinco ou seis

morros onde está a população de baixa renda. Essas pessoas tinham que se deslocar para os extremos da cidade, no sábado, para ter vacina. Questionei a profissional, liguei para a secretaria de Saúde. A profissional disse assim: "Olha, vereadora, nós sabemos que seria importante, mas nós estamos com poucos profissionais, e eles estão cansados. No final de semana, se abrir para todo mundo, vai fazer fila, e eles não têm mais estrutura". Então nós precisamos que o Plano Plurianual diga como é que faz superar isso, a questão funcionalismo, dos servidores municipais, da educação – nós estamos aqui com um projeto para ser votado hoje, que amplia mais um ano de contratação de professores temporários. Tem que ter concurso público para isso. E o Plano Plurianual tem que dizer como vai resolver isso. Nós precisamos que o Plano Plurianual diga como vai resolver o problema da água, dos professores; também tem que dizer como é que vai resolver o problema da previdência dos municipais. Então é disso que a gente está tratando. Vejam vocês, os senhores e as senhoras, que a gente aqui está falando de toda nossa cidade. É aqui que vai dizer onde o recurso público vai ser prioritariamente investido.

Eu quero dizer para vocês que nós temos uma tendência nacional e local também de achar que a iniciativa privada vai resolver todos os problemas do mundo. Quero dizer que a iniciativa privada é importante, são iniciativas, é importante, é importante para a economia, mas nós temos que ter muito presente e saber distinguir o que é privado e o que é público. O público cuida da cidadania, independentemente da cor, da condição social, da renda do cidadão; ele cuida da cidadania. O privado cuida da empresa e dos lucros da empresa. Gera empregos? Sim, gera empregos, mas o público também gera empregos. A gente está vendo agora: com o processo de privatização ou extinção da Carris, são quase 2 mil trabalhadores que vão ficar sem emprego. A iniciativa privada vai fazer isso? Então, nós temos que ter muito presente isso de colocar cada um no seu lugar, cada um no seu lugar.

Transporte, saúde e educação são direitos constitucionais básicos fundamentais, eles precisam ser preservados. Privatizar esses serviços é jogar no escuro, porque a gente tem visto as parcerias público-privadas, as privatizações o que têm dado. Nos últimos dias, a cidade toda ficou mobilizada com a B. A. Meio Ambiente, é um tipo de repasso do serviço público para a iniciativa privada. Então privatizar não é sinônimo de qualidade, terceirizar não é sinônimo de qualidade; pode ser, sim, pode ter excepcionalidades, mas não pode ser regra desse Plano Plurianual, não pode ser a regra.

Esse Plano Plurianual tem que estar contextualizado no enfrentamento à pandemia e às consequências da pandemia na nossa cidade. Ou seja, são milhares de pessoas sequeladas fisicamente na saúde pela pandemia que demandam serviços específicos – estão demandando serviços específicos da saúde, inclusive mental. São milhares de famílias que perderam empregos, que perderam casas, que perderam a sua fonte de renda, que perderam familiares, que morreram, desestruturando as famílias. Então é nesse contexto que o Plano Plurianual tem que ser pensado. Eu me assusto um pouco quando a gente vê aqui nesta Casa grandes debates do sentido de preservar, resguardar os grandes empreendimentos. Há bem pouco, um dos meus colegas trouxe aqui a questão da regularização fundiária. Nós temos, sim, que enfrentar a pauta da

regularização fundiária, temos que enfrentar. E aqui que tem que dizer de onde vai sair recurso para isso, como que o governo vai fazer, quem vai fazer. Nesse Plano Plurianual, o governo tem que dizer à sociedade porto-alegrense, esta Casa tem que dizer quem vai estar contemplado e quem vai estar privilegiado, se são os trabalhadores e as trabalhadoras, a população que perdeu – e perdeu muito! – durante esta pandemia, que já vinha num quadro de perdas, ou se vamos continuar enriquecendo os mais ricos e facilitando a vida daqueles que, neste momento, estão a enriquecer, a enriquecer incessante e escandalosamente, vergonhosamente, retirando direitos do povo simples, pobre e trabalhador. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Encerrado o período de discussão da Pauta Especial.

**Vereador Leonel Radde (PT):** Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Alexandre Böer, militante LGBTQIA+, da cultura, uma grande personalidade da nossa cidade.

**Vereador Idenir Cecchim (MDB):** Presidente, eu queria pedir aos colegas a compreensão de deixarem para discutir a Pauta normal para votarmos o projeto dos professores, que estão aguardando aí fora, com a boa vontade de cada um.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Requerimento):** Presidente, primeiro, registrar o falecimento do professor Jorge Barbosa por Covid-19, grande amigo, grande companheiro do PSOL, e a gente faz isso com profunda tristeza. Solicito um minuto de silêncio.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Segundo, eu estou inscrito em Pauta, mas eu concordo com o líder do governo, o Ver. Idenir Cecchim. Mas essa pauta não pode correr, Presidente, sem discussão. Então eu concordo que nós passemos de imediato à Ordem do Dia, mas não podemos considerar como corrida esta Pauta de hoje. Concordo, Ver. Idenir Cecchim.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Deferimos os pedidos referentes às homenagens póstumas.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

**Vereador Idenir Cecchim (MDB):** Presidente, eu não sei se eu me fiz entender. A pauta correu, seria isso; não é para substituir, não é para inverter. É para os colegas que estão inscritos em pauta se sensibilizarem com o meu pedido, e o período de Pauta conta como corrido. Esse é o pedido.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Presidente, de minha parte – eu não consultei os vereadores da oposição –, face à questão do salário dos professores, a contratação, eu concordo com a proposta do Ver. Idenir Cecchim, mesmo porque teremos outras pautas ainda para debatermos os projetos que hoje estão em 1ª sessão. Aliás, eu acho que há um equívoco: eu acho que o Plano Plurianual não está em 1ª sessão, mas em 2ª sessão – consta como 1ª sessão hoje, mas ele está em 2ª sessão –, eu mesmo já discuti o Plano Plurianual. Mas eu concordo com o Ver. Cecchim.

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** Presidente, nós temos acordo; são quase 17h30min, e não chegamos na Ordem do Dia – inclusive, temos o período de Comunicações. Acho que a gente tem que abrir mão ou transferir o período de Comunicações. Nesse sentido, eu acho que o Cecchim tem razão, nós temos que votar esses três projetos; porque, senão, na segunda-feira, é muito tarde. Claro que tem a questão da Pauta Especial nesta semana, mas é importante o projeto para que o vereador pede prioridade, até porque tanto o governo como os professores estão esperando essa sinalização da Câmara, meu nobre líder Pedro Ruas.

**Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem de priorização de votação para que, logo após, a apreciação do PLE nº 008/21 – autorizando a prorrogação dos contratos de professores temporários –, seja apreciado o Requerimento nº 164/21: moção de solidariedade à categoria dos farmacêuticos. Após, segue-se a ordem normal.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Assim que ingressarmos na Ordem do Dia, vamos apreciar o requerimento.

Esta presidência faz um requerimento solicitando a autorização para uma comissão de cinco representantes dos professores acompanhar a votação, respeitando os distanciamentos. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Giovane Byl está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR GIOVANE BYL (PTB):** Boa tarde, Presidente; boa tarde, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara, quem nos assiste pelo YouTube; hoje, dia 21 de junho, é um dia muito importante para mim, mas principalmente para os adeptos do esporte *skate*. Hoje é o Dia Mundial do Skate e, em 2018, quando da oportunidade que eu tive de assumir como suplente aqui na Casa, o primeiro projeto que eu encaminhei foi para que o Dia do Skate – Skate All Day, dia 21 de junho, entrasse no Calendário Oficial de Eventos da cidade. E, em 2019, esse projeto foi aprovado, meu primeiro projeto de lei e, a partir de então, no dia 21 de junho, é comemorado o Dia do Skate no Município. Existe uma frase entre os esquetistas que diz que o *skate* salva e esse esporte que hoje é muito popularizado no mundo inteiro, que se tornou esporte olímpico, realmente, ele vem fazendo a diferença na vida de muito jovens aqui da nossa cidade. Em 2001, a Praça Frederico Arnaldo Ballvé,

conhecida como a pista do IAPI, deu oportunidade para que muitos jovens saíssem da ociosidade, aderissem à prática do esporte, mas essa praça também salvou muitos jovens e gerou muitos atletas profissionais para o mundo, para o Brasil. Nós temos o exemplo do Cezar Gordo, do Marcus Cida, mas não posso deixar de citar aqui o Luan de Oliveira, um jovem do Partenon, que ganhou o mundo em cima das quatro rodas, hoje patrocinado por uma das maiores marcas do mundo que é a Nike - esse jovem era do Partenon. Hoje, Porto Alegre caminha para ser uma cidade de referência internacional nesse esporte, o *skate*, que foi muito marginalizado nos anos 1970, 1980, 1990, e hoje esse esporte, como eu falei no início, ele salva, ele transforma vidas. Nós temos muitos empreendedores do *skate* aqui na cidade de Porto Alegre. Nós temos a marca, a loja Matriz Skate Shop, que emprega muitos jovens esquetistas; nós temos a Place Skateshop, uma loja de jovens que também gera emprego aqui na nossa cidade; nós temos a Street Talk Shop, que também gera emprego e incentiva os atletas da nossa cidade.

Porto Alegre se torna referência com a orla, a pista da orla do Guaíba, mas eu não posso esquecer das pistas de *skate* que foram construídas na periferia da nossa cidade, como a pista de *skate* da Restinga e como a pista do Parque Chico Mendes. Eu comecei a desenvolver um projeto em 2012 no Parque Chico Mendes, um lugar extremamente vulnerável onde nós levamos o *skate* como ferramenta de inclusão social e, desde 2012, nós realizamos eventos lá na quadra, na quadrinha e hoje nós temos uma pista de *skate* profissional apta para receber campeonato. E eu encerro a minha fala aqui, neste dia tão importante que lembra desse esporte, dizendo que a Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude está com um edital aberto para um projeto de *skate* social para crianças e adolescentes no Chico Mendes e na Restinga. Eu encerro a minha fala, parablenho todos os adeptos do esporte do *skate*, e cito aqui a empresa gaúcha, a Spot Skateparks, que está fazendo parte da construção da pista da orla, o Cesar Gordo, o Marcus Cida, o Fred, o Ricardo, que estão na linha de frente da construção dessa pista da orla, dizendo que o *skate* salva. Parabéns a todos os esquetistas, a todos os empresários do ramo do *skate*, a todos aqueles que têm o *skate* como esporte, como qualidade de vida e como estilo de vida. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Jessé está com uma questão de ordem?

**Vereador Jessé Sangalli (Cidadania):** Eu só queria aproveitar o aparte do vereador, que nós construímos juntos essa questão do mototáxi e está aberto para todos os vereadores assinarem. Já assinaram aqui a moção de apoio à implantação o Ver. Claudio Janta, o Ver. Pablo Melo, eu, o Ver. Alexandre Bobadra - o senhor construiu junto isso. E está aberto no grupo para que os vereadores possam assinar essa moção de apoio à criação do decreto que regulamente isso no Município como uma alternativa de

mobilidade principalmente nas periferias, porque a gente sabe que o transporte formal, o transporte coletivo não tem alcance em toda a região, e os mototáxis podem ajudar principalmente nas periferias. Então, quem quiser assinar, é o Bloco nº 4750 e já assinaram Claudio Janta, Pablo Melo, Alexandre Bobadra e eu. Então, está aberto para quem quiser assinar.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Passamos à

## **PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/05 minutos/com aparte)**

### **1ª SESSÃO**

**PROC. Nº 0379/20 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 018/20**, que altera o artigo 21, a denominação da seção I do Capítulo III, o § 3º do artigo 31, o artigo 32, o artigo 33, o *caput* e §§ 1º e 4º do artigo 34, o *caput* do artigo 36, o § 5º do artigo 37-A, o *caput* e § 1º do artigo 63, o § 1º do artigo 64, o *caput* do artigo 80, o inciso XVI do artigo 96, o artigo 124, inclui os §§ 2º, 7º, 8º, 9º, 10 e 11 no artigo 34, o § 2º no artigo 36, o inciso III no § 4º e os §§ 6º a 11 no artigo 37-A, o § 2º no artigo 38-B, os §§ 3º, 4º, 5º e 6º no artigo 63 e os artigos 34-A, 36-A, 74-B, 113 e 114, e renomeia o parágrafo único do artigo 38-B para § 1º, todos na Lei Complementar nº 478, de 26 de setembro de 2002 - que dispõe sobre o Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre (PREVIMPA), disciplina o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Município de Porto Alegre, inclui os §§ 10, 11, 12, 13, 14, e 15 no artigo 2º na Lei Complementar nº 505, de 28 de maio de 2004, que fixa alíquotas de contribuição previdenciária para fins de custeio do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Município de Porto Alegre, define regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências. **Com Emenda nº 01, dos Vers. Idenir Cecchim, Hamilton Sossmeier, Gilson Padeiro, José Freitas, Ramiro Rosário, Alexandre Bobadra, Cassiá Carpes, Giovane Byl, Pablo Melo, Felipe Camozzato, Jessé Sangalli, Claudio Janta, Mauro Pinheiro e Moisés Barboza e das Ver<sup>as</sup> Fernanda Barth, Cláudia Araújo, Mônica Leal, Lourdes Sprenger, Comandante Nádia, Psicóloga Tanise Sabino e Mari Pimentel; com Emenda nº 02, dos Vers. Idenir Cecchim, Pablo Melo, Hamilton Sossmeier, Alexandre Bobadra e Claudio Janta e das Ver<sup>as</sup> Mônica Leal, Lourdes Sprenger, Fernanda Barth e Comandante Nádia. (SEI 118.00229/2020-70)**

**PROC. Nº 0400/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 017/21**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Lourdes Sprenger, que altera o *caput* do art. 3º e inclui inc. VIII no *caput* do art. 2º e § 2º no art. 8º, renumerando o parágrafo único para § 1º, todos na Lei Complementar nº 694, de 21 de maio de 2012 – que consolida a legislação sobre criação, comércio, exibição, circulação e políticas de proteção de animais no

Município de Porto Alegre e revoga legislação sobre o tema –, e alterações posteriores, definindo o regime jurídico especial a animais domésticos de estimação, incluindo no rol de práticas consideradas como maus tratos aos animais as constatações da Resolução nº 1.236, de 26 de outubro 2018, do Conselho Federal de Medicina Veterinária, e ampliando a legislação a ser aplicada para fins de proteção aos animais. **Com Emenda nº 01, da Verª Lourdes Sprenger. (SEI 035.00029/2021-08)**

**PROC. Nº 0297/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 117/20**, de autoria da Verª Lourdes Sprenger, que estabelece rol de categorias de profissionais de saúde de nível superior no Município de Porto Alegre e estabelece como essenciais as atividades exercidas pelos profissionais do rol. **Com Emenda nº 01, da Verª Lourdes Sprenger. (SEI 035.00038/2020-18)**

**PROC. Nº 0075/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 018/21**, de autoria do Ver. Jonas Reis, que inclui a efeméride Semana Municipal de Enfermagem no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no período compreendido entre os dias 12 e 20 de maio. **Com Emenda nº 01, do Ver. Jonas Reis. (SEI 210.00031/2021-55)**

**PROC. Nº 0320/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 121/21**, de autoria da Verª Mônica Leal, que obriga as farmácias localizadas no Município de Porto Alegre que disponibilizem testes para a detecção do novo Coronavírus (Covid-19) a dispor de estrutura própria para a sua realização. **(SEI 038.00024/2021-74)**

**PROC. Nº 0372/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 143/21**, de autoria do Ver. José Freitas, que altera o *caput* e inclui parágrafo único no art. 1º e altera o *caput* e inclui parágrafo único no art. 2º, todos na Lei nº 7.591, de 10 de janeiro de 1995, e alterações posteriores, obrigando os estabelecimentos comerciais *shopping centers* e supermercados com mais de 1.000m<sup>2</sup> (mil metros quadrados) de área de loja, com exposição e venda de produtos, a manter à disposição dos interessados no mínimo 4 (quatro) cadeiras de rodas manuais. **(SEI 034.00092/2021-37)**

## 2ª SESSÃO

**PROC. Nº 0151/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 044/21**, de autoria da Verª Fernanda Barth, que autoriza os estabelecimentos responsáveis pela produção, pelo fornecimento, pela comercialização, pelo armazenamento e pela distribuição de gêneros alimentícios, sejam eles industrializados ou *in natura*, a doar o seu excedente a pessoas físicas ou jurídicas, sem necessidade de licença prévia ou autorização do Executivo Municipal. **(SEI 212.00023/2021-15)**

**PROC. Nº 0005/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 001/21**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Fernanda Barth e do Ver. Hamilton Sossmeier, que institui as diretrizes da educação domiciliar (*homeschooling*) no Município de Porto Alegre e dá outras providências. **Com Emenda nº 01, do Ver. Mauro Pinheiro. (SEI 212.00002/2021-91)**

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Ingressando no período de Pauta, mesmo considerando o encaminhamento do Ver. Idenir Cecchim, nós temos cinco vereadores inscritos em Pauta.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Eu aceitei a ponderação do líder Idenir Cecchim para que não nos manifestássemos hoje para que pudéssemos correr a Pauta e ingressar imediatamente na Ordem do Dia. Obrigado, Presidente.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Meus queridos colegas, em favor dos professores mesmo que eu venho aqui, nesta tribuna, Cecchim. Nós conhecemos o Cecchim não é de hoje; está na Pauta, Cecchim, a alíquota da previdência que não interessa ao governo debater, é arrochar o servidor público desta cidade. Curtina de fumaça, não! É fundamental, sim, garantir que tenha professores nas escolas. Vocês estão há cinco meses na Prefeitura e só agora mandam o projeto. O que fizeram durante cinco meses? Era para ter garantido a prorrogação antes de eles trabalharem, e muitos já foram até para a rua. Então, demagogias a parte, eu quero falar aqui da previdência. E vou votar a favor dos professores, vou votar a favor dos professores, Comandante Nádia, mas você não vota a favor dos professores, quando quer reformar a previdência, quando quer aumentar a alíquota. E a senhora se aposentou com menos de 50 anos e não quer as professoras aposentadas com menos de 50 anos. Para a senhora, tudo! Aposentou-se com mais de R\$ 30 mil e grita ali. Venha para a tribuna, venha sustentar aqui os 22% de alíquota. São insustentáveis 22% de alíquota para um servidor nível 2, nível 3, nível 4 que ganha menos de um salário mínimo na Prefeitura. Estou falando do gari, estou falando do operário do DMAE e da SMOV, que está lá, revirando asfalto para tapar os buracos destas avenidas, eles ganham menos que um salário mínimo, e vocês querem botar 22% no lombo deles. Que indignidade! E dizer que querem agora votar o projeto dos professores! Vocês só sentam lenha nos professores! Tem mais de mil cargos vagos, faz cinco anos que não fazem concurso público, o Ramiro fez parte do governo do Marchezan, que não fez concurso público para professor e está aí fazendo demagogia, fazendo dedinho, fazendo ceninha. Ramiro, não vem com esse papo para cima do Ver. Jonas, que eu sou servidor público da Prefeitura! Eu vivi na pele, no Simpa, o seu governo irresponsável, deixando o dinheiro apodrecer no caixa da Prefeitura enquanto faltavam professores nas escolas. Faltavam professores nas escolas! E faltam! O seu governo fez um concurso público, o edital, né, porque o concurso não

faz nunca. Um edital que não prevê professor de espanhol, tendo uma lei estadual de 2018, que diz que o espanhol é língua obrigatória no solo rio-grandense até por causa do Mercosul. E aí vem falar que defende professor! Nós queremos saber quando vai o edital para rua! E vamos ter que agora votar um paliativo de contrato temporário. Eu quero que esses colegas, essas colegas que estão aqui ingressem também com concurso público, que possam ter uma carreira, não só com contrato. Tem uns que já estão há dois anos, e vocês vão de novo dar contrato, vocês têm que dar chance de essas pessoas também serem concursadas. Eles são fundamentais, professores concursados, contratados, os professores constroem a escola pública. Claro, servidores outros também, mas não adianta dizer que quer garantir servidor público, mas quer arrochar. Eles querem votar o projeto para depois arrochar, tirar 22% do salário. Hoje já são 14%, este projeto de lei complementar não se sustenta. Sabem por quê? Ele é inconstitucional sem estudo atuarial. O Previmpa tem R\$ 3 bilhões, Claudio Janta, como o senhor sustenta um fundo com R\$ 3 bilhões e o senhor tem coragem de vir defender um governo que tem que reformar a previdência com dinheiro em caixa. O dinheiro está no caixa do Previmpa, saudável, não se sustenta. Faça o estudo atuarial, apresente estudo atuarial, comprove, vai ser inconstitucional. O direito administrativo vai pegar vocês, não pode o prefeito correr contra o direito administrativo sem estudo atuarial que comprove a não saúde do Previmpa. O Previmpa tem saúde, tem muita saúde e vai bem, obrigado, mas qual é o objetivo daqueles que querem votar a reforma da Previdência? É não trabalhar. O que esses 800 cargos de confiança que o prefeito nomeou fizeram durante cinco meses, que nós estamos tendo que, de novo, votar projeto de contrato temporário? O que esses 800 cargos de confiança na Prefeitura fizeram que não fazem projetos para captar recursos federais dos Ministérios. Nós estamos de novo tendo que chamar os contratados para ajudar a Prefeitura. Se não fossem essas professoras, esses professores, nós teríamos menos mil professores nas escolas. Parabéns a todas vocês, a todos vocês que se colocam para serem servidores públicos, independente do vínculo, se é estatutário ou é temporário. Eu bato palmas para o servidor público e eu repudio vereadoras e vereadores que querem tirar dinheiro do salário, mudando a alíquota, Ver. Nádia. Para a senhora, tudo e, para o povo, nada! Aposentada com mais de R\$ 30 mil na Brigada com menos de 50 anos vem aqui defender, Ver. Nádia. Recobre a boa política, se a senhora tem essa boa política, pare de atacar os artistas e os servidores públicos desta cidade. Um grande abraço, contem conosco, professoras e professores, estamos a favor que vocês continuem atuando nas nossas escolas municipais e não ao aumento de alíquota ilegal e inconstitucional desse projeto de lei complementar do Melo.

(Não revisado pelo orador.)

**Vereador Idenir Cecchim (MDB):** Só para avisar os professores que o Jonas não vai votar, ele tem que votar. Ele sempre foi contra a contratação dos temporários. Sabem por quê? Porque ele quer dinheiro para o Simpa! Ele quer tomar o dinheiro dos professores para o sindicato em que ele atua. É só por isso. Levem para os seus colegas isso. Se faltar quórum, o culpado será o Ver. Jonas, que não deixou, que

não obedeceu ao acordo da oposição e toda base do governo que está aqui para votar. E ele foi ali perder tempo e provavelmente não tenha quórum para votar vocês. O único culpado será o Ver. Jonas.

**Vereador Jonas Reis (PT):** Eu fui citado pelo nobre colega Cecchim, dizendo que eu sou culpado. Culpadas são as suas lideranças. Todas usaram cinco minutos, mas nenhuma para repudiar os 500 milhões de mortes. Todas para fazer blá-bla-blá e defender o governo que está tentando fazer alguma coisa. Por favor, o governo deveria trabalhar há cinco meses, Cecchim.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Sr. Presidente, senhoras e senhores vereadores, a pior deslealdade da política é colocar rótulos nas pessoas e mentir. Essa é a maior deslealdade da política. E isso se vê em outros segmentos da política. Houve vários políticos que receberam rótulos, depois, quando foram inocentados, só ele e a parte interessada, que era a sua família, sabiam disso. Aí o Ver. Jonas vem aqui dizer que nós queremos sobretaxar com 22% quem ganha um salário mínimo. O vereador não leu o projeto, pois só quer ser contra. Ver. Jonas, esse percentual só incide para quem ganha acima de R\$ 6 mil. Se o senhor não leu o projeto e as emendas, tem várias escalas, chegando a esse percentual somente a quem o senhor defende, que é a casta do serviço público e que ganha R\$ 30mil ou R\$ 40mil por mês. Esses vão pagar os 22%. Mas é só para quem ganha acima de R\$ 6 mil que começa uma escala de desconto, para os quais o senhor é um defensor. Mas alguma coisa precisa ser feita em relação a essa lenda urbana de que há R\$ 3 bilhões no Previmpa. Se fosse assim, não precisaria mais o Previmpa pegar o dinheiro do povo de Porto Alegre, porque é a senhora e o senhor que estão em casa me escutando que pagam o Previmpa, quando a senhora quer uma consulta médica e não tem, quando precisa de vaga na creche, são necessárias mais de seis mil vagas, e não tem. Porque o dinheiro é um só, gente, o dinheiro só sai de um lugar apenas, de um cofre somente. Mas aí o Ver. Jonas usa desta tribuna, pois tem imunidade, para mentir. Então, o senhor e a senhora que ganham um salário mínimo ou menos disso, que não conseguiram aumentar o seu salário, por meio do Simpa, não vão pagar esses 22%. Vossa Excelência saúda os professores que vão ser contratados, os colegas professores, colegas professores o escambau, porque o senhor trata as pessoas contratadas como se não fossem funcionários públicos. Em um dos seus vídeos, o senhor fala isso. E nós já debatemos aqui na tribuna o que o senhor diz no seu vídeo. Então, é necessário ou fazer a reforma da Previdência, ou aumentar as alíquotas. Não adianta, é necessário. O Brasil inteiro fez a reforma, inclusive cidades administradas pelo seu partido. Aliás, o seu partido, quando estava no governo federal, foi o proponente de uma reforma da Previdência. E não adianta o senhor vir aqui dizer que não. Falem toda a verdade. O PT, quando governou esse país, viu que era insustentável a previdência e fez a primeira reforma. Com isso,

abriu a porteira para que tudo acontecesse. O senhor não pode vir aqui e omitir os fatos históricos que estão – não precisam estar nem nas bibliotecas - lá no Google. É só o senhor ou a senhora que estão em casa pesquisar e aí vão ver quem foi que fez a primeira reforma da Previdência. E, agora, todos os Estados, as grandes e médias cidades já a fizeram, mas só Porto Alegre não vai fazer a reforma da Previdência, pois o senhor diz que o Previmpa tem R\$ 3 bilhões. Então, para que precisaria pegar mais dinheiro do povo; um dinheiro que deveria ser destinado para comprar vacina? O Simpa e o Previmpa parecem a ATP. A ATP quer sempre o dinheiro do povo e o Previmpa está assim: tem R\$ 3 bilhões, mas quer mais. Por que quer mais? Porque lá atrás, quando deixaram o rombo, faltando dinheiro, fazendo com que a Prefeitura tenha que fazer aporte até hoje, mesmo com R\$ 3 bilhões...

Então, eu quero dizer que nós até estávamos dando acordo para ninguém falar e entrarmos logo na Ordem do Dia, mas, como o Ver. Jonas preferiu usar o tempo para faltar com a verdade, dizendo principalmente que a alíquota de 22% vai afetar quem ganha um salário mínimo, o que não é verdade, eu vim aqui falar que quem vai pagar esse percentual, pelo que diz o projeto, é a casta dos servidores públicos, quais sejam, os que ganham muito dinheiro às custas do povo de Porto Alegre, cujo salário inicial é de R\$ 19 mil. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**Vereador Aírto Ferronato (PSB):** Eu gostaria de saber do Ver. Janta quanto ele ganha. É muito fácil falar, então, eu gostaria que o senhor explicasse direitinho quanto ganha em todas as suas andanças.

**Vereador Claudio Janta (SD):** Eu quero informar ao Ver. Aírto Ferronato, que o meu CPF é 498.897.610-68 e peço que o senhor vá lá na Receita Federal para ver o quanto eu ganho.

**Vereador Aírto Ferronato (PSB):** Não foi isso que eu perguntei.

**Vereador Claudio Janta (SD):** Aí o senhor entra com o meu CPF no *site* da Previdência e vê quantos anos mais eu vou ter que trabalhar! Eu e toda a população! Eu e todos esses jovens que começaram a trabalhar há dez anos vamos trabalhar o resto da vida! Falo de uma casta da qual o senhor faz parte! Por isso que o senhor me pergunta! Eu ganho muito bem, ganho do Senac, da Força Sindical, do meu partido, ganho muito bem!

**Vereador Aírto Ferronato (PSB):** Eu sei disso, mas nos diga o quanto ganha, amigo. Não agredi ninguém. O meu, disseram.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Reginete Bispo está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADORA REGINETE BISPO (PT):** Eu iria abrir mão de discutir a Pauta, mas, diante do debate que se formou aqui, eu vou falar. Vou tentar ser bem bastante sucinta. Quero saudar as professoras e professores que estão aqui no plenário nos acompanhando, bem como o público que nos acompanha.

Como surgiu essa pauta sobre a previdência e com a fala dos vereadores que me antecederam, eu acho importante recolocar algumas coisas. Desde que o PELO nº 002/21 entrou aqui, eu tenho me posicionado. Inclusive, fiz um requerimento para o Presidente da Casa, solicitando que cessasse a tramitação do projeto, porque ele tinha um problema de inconstitucionalidade na tramitação daquele projeto. E a gente verifica que ocorre o mesmo problema na tramitação do projeto de aumento de alíquotas. Tanto é verdade, que a Procuradoria da Casa, hoje, dia 21, emitiu um parecer prévio, dizendo da inconstitucionalidade desse projeto. E eu vou ler aqui dois trechos que colocam exatamente isso.

Mas eu faço novamente um apelo para que o governo retire de pauta este projeto. Porque nós já comprovamos por A mais B, a partir dos relatórios do próprio governo, da própria Prefeitura de Porto Alegre, que a previdência dos municipais encontra-se superavitária, pois, nos últimos anos, houve um comprometimento da receita, da RCL, fazendo com que ela seja o menor dos últimos anos, das últimas décadas. Ou seja, a Prefeitura não gasta o limite máximo que foi estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, qual seja, de 54%, com os servidores, e, sim, 41,81%. Eu não vou repetir aqui tudo que já foi dito, mas a Prefeitura também trabalha com o orçamento superavitário. Está lá nos dados da Prefeitura, não é a Ver.<sup>a</sup> Reginete que está inventado. Eu cobreí desta Casa, do governo, que há necessidade, sim, de apresentar o cálculo atuarial do sistema previdenciário dos municipais, entretanto, isso não aparece. E, no parecer da Procuradoria, aparece isso, dizendo o seguinte: que a contribuição previdenciária, por força de sua natureza, de tributo, subordina-se aos princípios constitucionais gerais do direito tributário, em especial, os princípios do equilíbrio financeiro atuarial. Cadê esse equilíbrio financeiro? Porque o governo não o apresenta, em relação ao Previmpa e em relação ao impacto que o aumento de alíquotas pode dar no caixa do Município? Também diz que, segundo a Constituição, é vedado o confisco. Porque uma alíquota de 14% para 22% caracteriza confisco do direito das municipais e dos municipais. E alega aqui também o princípio da razoabilidade e da proporcionalidade - não é razoável que os municipais tenham tido um aumento de alíquota recentemente de 11% para 14% e agora o Executivo propõe um aumento de 14% para 22%, não tem razoabilidade e nem proporcionalidade -, de modo que a ausência de estudos, a respeito, nos autos deste processo legislativo, torna a proposta inconstitucional. É o que a gente tem afirmado reiteradamente, ou seja, que a proposta é inconstitucional. Então, para ir adiante esse projeto, é necessário que seja, sim, apresentado um cálculo atuarial sério, consistente. Caso for aprovado este projeto aqui, de aumento de alíquota, nesta Casa, vai cair logo adiante por inconstitucionalidade. Então, eu sugiro que o Executivo retire este projeto da Pauta, para que a gente possa avançar em outras pautas.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.) O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para discutir a Pauta (Pausa.) Não há mais inscritos para discutir a Pauta.

Solicito ao Diretor-Legislativo que proceda à chamada nominal para verificação de quórum, para ingressarmos na Ordem do Dia.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e um Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam à chamada nominal.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 18h03min:** Havendo quórum, passamos à

### **ORDEM DO DIA**

**Vereador Idenir Cecchim (MDB):** Presidente, eu conversei há pouco com o Ver. Oliboni, que demonstrou boa vontade. O projeto dele seria o primeiro a ser votado, mas ele não se importa que se vote antes o PLE nº 008/21, o dos professores. Em seguida, votaríamos o dele.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Está certo. O Ver. Oliboni está com um projeto já em período de votação, mas abre mão para que, primeiro, votemos o dos professores. É isso, vereador? (Pausa.)

Solicito ao diretor legislativo que faça os apregoamentos.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo a Emenda nº 01, de autoria dos Vers. Karen Santos, Roberto Robaina e Matheus Gomes, ao PLE nº 008/21.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLE nº 008/21 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo requerimento de autoria dos Vers. Karen Santos e Roberto Robaina, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque da Emenda nº 01 ao PLE nº 008/21.

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, líder da bancada do PT, ao PLE nº 008/21.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao

PLE nº 008/21 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**Vereadora Comandante Nádia (DEM) (Requerimento):** Presidente, solicito formação de um bloco de votação composto pelas Emendas nºs 01 e 02 ao PLE nº 008/21.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Se tiver acordo entre todos os líderes, é possível.

A Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo fez um requerimento anteriormente para que o Requerimento nº 164/21 seja o primeiro a ser votado após o projeto do Ver. Oliboni, o PLL nº 084/18. Em votação o requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** Presidente, queria registrar – eu fiquei sabendo agora – que a emenda encaminhada pelo PSOL e a emenda da nossa bancada, elas tratam do mesmo tema, que é o concurso público após o período de contratação temporária. Então não há necessidade de votar em bloco, embora eu tenha acordo. Tem que ver, regimentalmente, se é legal, porque, se aprovarmos a Emenda nº 01 – na qual nós vamos votar a favor, acho importante –, fica prejudicada a Emenda nº 02. Logo não há necessidade de fazermos duas votações.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Se for aprovado o bloco, está aprovada a Emenda nº 01, e prejudicada a Emenda nº 02, Ver. Oliboni. Está compreendido? (Pausa.)

Em votação o requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Gostaríamos de registrar a presença do secretário Cassio Trogildo acompanhando os trabalhos nesta tarde. Obrigado, secretário, ex-vereador, ex-Presidente desta Casa, sua presença engrandece os trabalhos da sessão.

## **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0532/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 008/21**, que altera o parágrafo único do art. 11 da Lei nº 12.677 de 24 de janeiro de 2020, autorizando a prorrogação dos contratos de professores temporários iniciados no ano de 2019 em razão do período de calamidade pública. **(SEI 118.00158/2021-96)**

**Parecer Conjunto:**

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB e CECE**. Relatora-Geral Ver<sup>a</sup> Comandante Nádia: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria, e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

**Observação:**

- incluído na Ordem do Dia em 21-06-21.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em discussão o PLE n° 008/21. (Pausa.) Não há quem queira discutir.

Em votação o bloco composto pelas Emendas n<sup>os</sup> 01 e 02, destacadas, ao PLE n° 008/21 (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora da Emenda n° 01 ao PLE n° 008/21.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Boa tarde a todos e todas, a nossa emenda ao projeto é uma emenda muito simples, é justamente para sanar este problema de os profissionais da educação, de tempos em tempos, ficarem sem os seus salários, sem os seus direitos garantidos e terem que vir fazer pressão na Câmara de Vereadores, para que se vote o básico. Para nós, os profissionais da educação, os professores não podem ser tratados como algo emergencial, eles são fundamentais, eles são cotidianos. A forma com que os governos vêm colocando a categoria nessa condição de trabalho precarizada, de ter que vir aqui e ficar mendigando para que o contrato seja renovado, para ter os seus direitos garantidos de uma forma ainda que precária, é algo que pode ser sanado com a nossa emenda, que é justamente sobre a necessidade de concurso público. O último concurso para as áreas foi em 2013, e não garantiu toda a necessidade de professores que existe hoje na rede municipal de ensino. Falta professor lá na ponta para garantir todas as disciplinas. Para nós, é uma questão de necessidade e também de garantia, para que, de tempos em tempos, a gente não tenha que passar por essa situação de ter que estar votando esse tipo de projeto. E também de estar colocando os profissionais da educação nessa condição de estarem há mais de um mês sem salário, de terem que se deslocar para a Câmara de Vereadores, para exigir e lutar por aquilo que, para nós, é básico: a dignidade e a garantia do ensino lá na ponta acontecendo. Também está nesta emenda a importância de a gente considerar o tempo de experiência desses profissionais. Tem profissionais que estão há dez, vinte anos numa relação de contrato, isso tem que ser considerado no processo seletivo. A gente não acha que um estudante que saiu agora da universidade, com a sua pós-graduação, tenha mais condição de concorrer do que esses profissionais que já estão no dia a dia da escola. Para nós, é uma forma de equilibrar essa disparidade que existe hoje na forma como a lei está sendo apresentada. E também as ações afirmativas em relação às desigualdades que existem de raça e de gênero na nossa capital. É uma emenda simples, uma emenda efetiva no sentido de resolver o problema que a gente está colocando, e que também qualifica o processo seletivo, pois, no nosso ponto de vista, o edital não

considera essas questões da experiência e das desigualdades raciais que existem no Município de Porto Alegre. Era isso, muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do bloco composto pelas Emendas nº 01 e 02, destacadas, ao PLE nº 008/21, como autor da Emenda nº 02 ao PLE nº 008/21.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Saúdo o nosso Presidente, Ver. Márcio Bins Ely; colegas vereadores e vereadoras, os professores, os educadores que estão presentes na sessão, cidadãos e cidadãs que nos acompanham nesta tarde; nós sabemos que a garantia de um trabalho assíduo, valorizado é através de concurso público. Pelo fato de os governos anteriores, como o atual, não terem feito concurso público é que temos aí uma infinidade de vacâncias na área da educação em função da falta de professores de várias disciplinas, o que acaba prejudicando o ano letivo. Mais do que isso, vivendo em tempo de pandemia, muitos servidores, professores, educadores, neste período, perderam a vida. É preciso ter uma certa segurança, porque o cidadão quer que o seu filho não só tenha direito à educação, à assistência, à saúde pública, mas, mais do que isso, que os governos se preocupem com a educação no nosso município. É de fundamental importância que nós percebamos que, na saúde, na educação, na assistência, tenha a seguridade de um programa estável, por isso a necessidade do concurso público. A nossa emenda dialogava, embora mais simples, no sentido de, após o contrato, em vez de prorrogar, o governo possa trabalhar com a ideia do concurso público, inclusive defendida pela secretária de Educação do município. É algo muito simples e óbvio, e pedimos a colaboração e o apoio dos demais colegas vereadores e vereadoras, para aprovarmos a Emenda nº 01, até porque, aprovando a Emenda nº 01, prejudicaria a Emenda nº 02, que é da nossa bancada. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do bloco composto pelas Emendas nos 01 e 02, destacadas, ao PLE nº 008/21.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Povo de Porto Alegre, vocês sabem que o nosso Município tem 99 escolas da rede própria, de educação infantil, de ensino fundamental, há muitos anos. Todos que trabalham na SMED sabem que todo final de ano se discute a necessidade de quadro nas escolas, a ausência de RH. Então é sabido, desde dezembro, quantos professores iam encerrar o contrato em janeiro, em fevereiro, em março, em abril, em maio, em junho, isso está tudo no RH da Prefeitura, no RH da SMED. Eu venho para cá indignado, sabem por quê? Porque muitos professores perderam os seus contratos. Perderam os seus empregos, e a Prefeitura chega atrasada,

infelizmente, para muitos deles. Chega atrasada, isso é triste. Pessoas que estavam trabalhando bem nas escolas, lecionavam, se dedicavam, inclusive, agora, nos últimos meses, se arriscaram porque não tiveram vacina, a vacina foi dada para os professores agora. Arriscaram as suas vidas nas escolas, e sabem qual foi o resultado? Muitos perderam o emprego, o governo virou as costas para esses. Felizmente, antes tarde do que nunca aportou aqui um projeto. Agora eu queria entender: tem secretária de educação, tinha dois adjuntos, tem diretoria de RH, tem funcionários lá, o que faz a secretária Janaina há cinco meses, quase seis, que não previu isso? Nós precisamos valorizar a educação, educação se faz com valorização. Nós apresentamos uma emenda fundamental, a bancada dos trabalhadores, para que na consecução se tenha concurso público, para que esses profissionais que hoje ingressam por contrato também possam ter o direito de gozar da carreira de municipal, de acessar todos os benefícios porque estão fazendo um trabalho igual ao do concursado; é o mesmo trabalho, por que direitos diferentes? Eles estão aqui, assistindo e torcendo para que esse projeto seja aprovado; por mim, será aprovado, eu sou a favor da educação, eu não viro as costas para a educação. Agora, a secretaria de educação precisa planejar melhor, algumas pessoas precisam começar a trabalhar, ou daqui a seis meses vai vir de novo um paliativo. Nós precisamos de efetividade, nós precisamos que as pessoas tenham segurança, porque, infelizmente, o contrato temporário, uma hora ou outra, o Município pode romper, sem avisar. Esse é o problema do contrato. O problema não é o profissional, o profissional é importantíssimo dentro da escola, não podemos aceitar que não tenha professores nas escolas, mas o governo anterior, que começou os contratos, deixou muita EJA sem professor, até hoje não nomeou; deixou muita escola sem professor de matemática, português – até hoje não tem. É fundamental que o poder público use o dinheiro do Fundeb, de fato, para garantir que não falte nenhum professor; em outros tempos não faltava, o que custa planejar? Vamos olhar os anais da história, do bom planejamento. Que saudades de outros secretários, que nunca deixaram faltar RH, que tinha, inclusive, professor-volante nas escolas, porque se alguém faltasse, por conta de alguma doença, algum movimento de trânsito, algum acidente, tinha o volante para substituir. Agora sabe o que acontece? Infelizmente, se falta um professor, acaba-se tendo que mandar uma turma mais cedo para casa. Isso é negar o direito à educação. Esses contratos temporários não são só para as vagas nas turmas, tem que mandar professores-volantes para as escolas, no mínimo um ou dois por turno, para que ele fique ali para segurar que nenhuma criança vá antes para casa, se tiver ausência de um profissional, porque isso é em todas as empresas e RHs. Todas elas têm essa garantia. Como pode um cidadão pagar seu imposto em dia e seu filho chegar mais cedo em casa porque a secretaria de educação não planeja? Bota um mínimo de professor; queremos o máximo para a educação. Defendemos a aprovação deste projeto e a abertura de concurso público. Viva a educação, vivam os professores contratados e concursados que honram o seu dever profissional, garantindo a educação, mesmo não tendo condições sanitárias – mesmo não tendo, porque a gente sabe que as escolas ainda não têm. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Idenir Cecchim assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para encaminhar a votação do bloco composto pelas Emendas nos 01 e 02, destacadas, ao PLE nº 008/21.

**VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL):** Boa tarde a todas e a todos, quero cumprimentar as vereadoras e os vereadores presentes, público que nos assiste pela televisão e pelas redes sociais, especialmente as professoras e os professores contratados da rede pública municipal, que estão com a oportunidade de acompanhar esta votação hoje à tarde. Quero dizer para vocês que o projeto que nós estamos votando agora é produto, sobretudo, da mobilização dessas professoras e desses professores que estão se organizando desde o dia 1º de abril, quando teve uma primeira reunião, da qual eu tive a oportunidade de participar, junto com a comissão de professores contratados, a secretaria de educação Janaina Audino, em que se apresentou o problema e a partir daí se iniciou um processo de articulação para construir uma solução, e o papel protagonista foi de vocês, que hoje estão nas galerias. Meus parabéns por termos conseguido chegar até aqui. E contamos também, nesse caminho é preciso que a gente reconheça o diálogo importantíssimo com o Presidente desta Casa, Ver. Márcio Bins Ely, com a liderança da oposição também, foi um momento de articulação para pensar uma saída para esse problema que está colocado de imediato. É óbvio que o tema da contratação, e agora da prorrogação dos contratos é uma saída temporária para uma situação que está colocada na educação pública municipal, mas ela é muito importante, porque estamos em meio a um quadro de calamidade pública, onde se encerrariam os contratos e automaticamente nós teríamos centenas de homens e mulheres desempregados, uma comunidade escolar que teria uma perda de vínculo direto com os professores que estavam em meio a um ano letivo, que ainda está longe de se encerrar. Então, trata-se da medida mais importante, inteligente que a gente pode tomar nesse quadro, e eu parabenizo a mobilização e a oportunidade de diálogo que foi estabelecida com a constituição desse processo, Ver. Idenir Cecchim.

Quero dizer também que, em meio à essa discussão, nós pautamos a todo o momento a necessidade de uma saída de longo prazo, e essa é a questão que está colocada na emenda, o debate que a gente pautou. A educação municipal precisa ter uma estabilidade no seu quadro de professores, as nossas comunidades precisam disso, então, a abertura de concurso é um elemento muito importante para garantir melhores condições de trabalho e a qualidade da educação pública municipal. Esse é o conteúdo dessa emenda, mas ressalto também que foi muito importante a gente ter conseguido construir esse processo de diálogo e se encaminhar agora para a aprovação desse projeto. Muito obrigado e a todas e todos, vamos avançar nesse debate.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em votação o bloco de emendas.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Em votação nominal, solicitada pela presidência, o bloco composto pelas Emendas nºs 01 e 02 ao PLE nº 008/21. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADO** por 13 votos **SIM** e 20 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Declaro rejeitado o bloco composto pelas Emendas nº 01 e nº 02 ao PLE nº 008/21.

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação o PLE nº 008/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

### **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;  
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0946/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 084/18**, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que altera o *caput* do art. 1º da Lei nº 11.235, de 27 de março de 2012, modificando o período de realização da Feira Temática de Artesanato do Mercado Público de “de abril a dezembro” para “de janeiro a dezembro”. **(SEI 004.00058/2020-10)**

#### **Parecer:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Ricardo Gomes: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

#### **Parecer Conjunto:**

- da **CEFOP, CUTHAB, CECE e CEDECONDH**. Relatora-Geral Ver<sup>a</sup> Daiana Santos: pela aprovação do Projeto.

#### **Observação:**

- incluído na Ordem do Dia em 31-05-21.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Felipe Camozzato, o PLL nº 084/18. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 27 votos **SIM** e 05 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Declaro aprovado o PLL nº 084/18. Cumprimentos ao Ver. Oliboni.

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** Obrigado, Presidente, os artesãos do Mercado Público agradecem.

**Vereador Idenir Cecchim (MDB):** Para justificar meu voto a esse projeto do Ver. Oliboni, nesses dois meses, é um pedido também dos permissionários do Mercado Público, então, por isso meu voto foi "sim".

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Em votação o Requerimento nº 164/21. (Pausa.)

**Vereadora Bruna Rodrigues (PCdoB) (Requerimento):** Solicito que sejam votados em bloco o Requerimento nº 180/21, moção de solidariedade à ex-vereadora Manuela D'Ávila por conta dos ataques e ameaças sofridos por ela e sua família, e o Requerimento nº 164/21.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Não há acordo das lideranças, vereadora, quanto à votação em bloco.

**Vereadora Bruna Rodrigues (PCdoB) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

**Vereador Claudio Janta (SD):** Presidente, já havia sido iniciada a votação do requerimento.

## **REQUERIMENTO – VOTAÇÃO**

**(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**REQ. Nº 164/21 – (Proc. nº 0486/21 – Ver<sup>a</sup> Cláudia Araújo) –** requer seja encaminhada Moção de solidariedade em apoio “ao Projeto de Lei 1559/2021 que dispõe sobre o piso salarial do profissional Farmacêutico”. **(SEI 161.00045/2021-47)**

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação o Requerimento nº 164/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a contrariedade da Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel e da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h44min.)

\*\*\*\*\*